**Programa de apoio à Gestão e Integração dos Fiscos do Brasil (PROFISCO II)**

**Metodologia de** **Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal**

**(MD-GEFIS)**

**Relatório de Diagnóstico da Gestão Fiscal**

**Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí**

**27 de setembro de 2017**

Lilia Dobbin

**SUMÁRIO**

[I. ANTECEDENTES 3](#_Toc493641793)

[A. Metodologia: MD-GEFIS 3](#_Toc493641794)

[a. Diretrizes para a avaliação da gestão fiscal subnacional 3](#_Toc493641795)

[b. Premissas e objetivos da MD-GEFIS 3](#_Toc493641796)

[c. A estrutura da MD-GEFIS 4](#_Toc493641797)

[d. Sistema de medição 5](#_Toc493641798)

[e. Síntese do modelo 7](#_Toc493641799)

[B. Contexto estadual 8](#_Toc493641800)

[a. Aspectos Gerais do Estado do Piauí 8](#_Toc493641801)

[b. Avanços e resultados alcançados com o PROFISCO 9](#_Toc493641802)

[C. Dinâmica da aplicação no Estado do Piauí 9](#_Toc493641803)

[II. CONTEXTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO FISCAL ESTADUAL 11](#_Toc493641804)

[A. Elementos da identidade organizacional 12](#_Toc493641805)

[B. Estrutura Organizacional 12](#_Toc493641806)

[C. Força de trabalho 14](#_Toc493641807)

[D. Orçamento da administração fiscal 14](#_Toc493641808)

[E. Estrutura e governança de TI 14](#_Toc493641809)

[III. AVALIAÇÃO DA MATURIDADE DOS PROCESSOS E DO DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL 15](#_Toc493641810)

[A. Visão Geral da Maturidade das dimensões da gestão fiscal 15](#_Toc493641811)

[B. Eixo I. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal (GF) 16](#_Toc493641812)

[C. Eixo II. Administração Tributária e Contencioso Fiscal (AT) 29](#_Toc493641813)

[D. Eixo III. Administração Financeira e Gasto Público (AF) 40](#_Toc493641814)

[IV. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES](#_Toc493641815) 50

# **APRESENTAÇÃO**

Este Relatório tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação da maturidade e desempenho da gestão fiscal do Estado do Piauí, de acordo com a metodologia MD-GEFIS Modelo de Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal.

As informações apresentadas neste documento foram coletadas com base no questionário de avaliação da metodologia e discutidas com gestores e técnicos dos seguintes órgãos da administração pública do Estado do Piauí: Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Administração e Previdência (SEADPREV), Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Controladoria Geral do Estado (CGE).

# **ANTECEDENTES**

## Metodologia: MD-GEFIS

1. **Diretrizes para a avaliação da gestão fiscal subnacional**

Durante o ano de 2014, atendendo a uma demanda do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoiou a formulação de diretrizes e recomendações técnicas para o aperfeiçoamento da gestão fiscal brasileira[[1]](#footnote-1). Este documento abordou as dificuldades para monitoramento e avaliação de resultados dos programas financiados pelos BID. Considerou que os modelos disponíveis de avaliação da área fiscal não alcançavam, de forma integrada, a gestão fazendária e os distintos temas tratados pela administração tributária e pela administração financeira, além de terem sido formulados para entes nacionais, principalmente em países de estrutura fiscal centralizada. Destacou ainda que as informações disponíveis nas diversas bases de dados não eram completas ou não seguiam conceitos padronizados. Assim sendo, não permitiam analisar o Desempenho e a Maturidade da gestão fiscal subnacional e estabelecer parâmetros de comparação.

Nesse contexto, o documento definiu um conjunto de resultados esperados para o terceiro ciclo de modernização da gestão fiscal e propôs a formulação de um modelo especifico de avaliação da gestão fiscal dos Estados brasileiros.

A MD-GEFIS, é uma metodologia de avaliação da gestão pública, voltada para a área fiscal, denominada Modelo de Avaliação da Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal (MD-GEFIS) que proposta e desenhada prioritariamente para atender a essa deliberação.

1. **Premissas e objetivos da MD-GEFIS**

A premissa básica do modelo proposto para a MD-GEFIS é que existe uma relação direta entre a utilização de um conjunto de Processos eficientes - que atendem aos Requisitos das melhores práticas observadas (benchmarking), e o desempenho da organização - medido por meio de um conjunto de indicadores confiáveis. Baseia-se, portanto, na crença de que as intervenções que buscam a aumentar o nível de Maturidade dos Processos contribuem para a melhoria do desempenho, que pode ser verificado por resultados mensuráveis.

Os principais métodos e instrumentos de referência e fontes de melhores práticas pesquisadas e utilizadas pela MD-GEFIS para seleção de Processos e indicadores de Desempenho para a gestão fiscal subnacional foram: (i) Ferramenta Diagnóstica de Avaliação da Administração Tributária (*Tax Administration Diagnostic Assessment Tool – TADAT*/FMI); (ii) Avaliação do Desempenho da Administração Tributária (RA-FIT/FMI); (iii) Programa de Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira (PEFA/BIRD); (iv) Avaliação de Desempenho de Gestão da Dívida (DeMPA/BIRD); (v) Avaliação da Transparência Fiscal (*Fiscal Transparency Evaluation-FTE*/FMI); (vi) Índice de Transparência e Cidadania Fiscal (ITCF/COGEF); (vii) Governança Pública, Governança de TI e Governança de Aquisições (TCU); (viii) Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA/MP); e, (ix) Avaliação da Gestão para Resultados na Administração Fiscal (PRODEV-COGEF).

A segunda premissa da MD-GEFIS é que o mapeamento da correlação entre os indicadores selecionados contribui para a priorização das ações e potencializa os ganhos de desempenho, ao apontar aqueles resultados com maior potencial para alavancar o conjunto da organização.

Por fim, a terceira premissa da MD-GEFIS é que a avaliação eficiente da gestão fiscal no âmbito dos Estados e do Distrito Federal no Brasil deve apresentar uma visão integrada da gestão fazendária; da administração tributária e do contencioso fiscal; e, da administração financeira e do gasto público.

A MD-GEFIS tem como principal objetivo contribuir para a melhoria dos resultados da gestão fiscal, em especial aqueles relacionados com o aumento da transparência, o incremento da arrecadação e a eficiência do gasto público.

Construída sob medida para os estados brasileiros, sua utilização proporciona uma visão ampla e integrada da gestão fiscal, focalizando Processos e resultados, uniformizando conceitos e possibilitando a transferência de conhecimento.

Para tanto, oferece aos órgãos responsáveis pela gestão fiscal subnacional um instrumento para autoavaliação do nível de Maturidade de seus Processos críticos e do seu Desempenho.

A utilização da MD-GEFIS busca ainda atender aos seguintes objetivos específicos:

* Identificar oportunidades de melhorias nos Processos da gestão fiscal, considerando as melhores práticas observadas (*benchmarking*) nas recentes iniciativas de modernização no Brasil, bem como nos relatos das experiências internacionais;
* Apoiar o monitoramento da evolução da Maturidade dos Processos da gestão fiscal e a avaliação da melhoria do desempenho, ao longo do tempo, considerando a linha de base identificada;
* Subsidiar a priorização de iniciativas de modernização e nortear a alocação dos recursos necessários à sua implementação;
* Apoiar o desenho de projetos de modernização e, quando necessário, o pleito de financiamento junto a organismos nacionais e internacionais de crédito;
* Ampliar a *accountability* baseada em resultados, oferecendo feedback para a sociedade, dentro do conceito de transparência fiscal.

1. **A estrutura da MD-GEFIS**

A MD-GEFIS considera que uma gestão fiscal eficiente compreende três Eixos de atuação, abrangendo seis dimensões críticas cada um, que devem ser avaliados de forma harmônica e integrada, apresentados no **Quadro 1**, a seguir.

**Quadro 1-** Eixos e dimensões da gestão fiscal

| **Eixo da Gestão Fiscal** | **Dimensões** |
| --- | --- |
| I- Gestão Fazendária e Transparência Fiscal (GF) | GF 1. Governança Pública  GF 2. Gestão para Resultados  GF 3. Gestão de Pessoas  GF 4. Gestão da Tecnologia da Informação  GF 5. Gestão de Aquisições e Materiais  GF 6. Transparência e Cidadania Fiscal |
| II- Administração Tributária e Contencioso Fiscal (AT) | AT 1. Políticas e Gasto Tributário  AT 2. Cadastro e Obrigação Tributária  AT 3. Fiscalização e Inteligência Fiscal  AT 4. Contencioso Fiscal  AT 5. Serviços ao Contribuinte  AT 6. Cobrança e Arrecadação |
| III- Administração Financeira e Gasto Público (AF) | AF 1. Planejamento e Execução Orçamentária  AF 2. Políticas, Programação e Execução Financeira  AF 3. Gestão de Ativos e Passivos  AF 4. Gestão Contábil  AF 5. Gestão da Dívida Pública  AF 6. Gestão de Custos e Gastos Públicos |

Fonte: MD-GEFIS

As primeiras dimensões de cada Eixo são transversais, ou seja, impactam e determinam as demais. São elas: GF 1- Governança Pública; AT 1- Políticas e Gasto Tributário; e, AF 1- Planejamento e Execução Orçamentária.

Também, cada Eixo contempla Dimensões de maior interação e visibilidade na sociedade:

* No Eixo I-Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, a Dimensão GF 6- Transparência e Cidadania Fiscal;
* No Eixo II-Administração Tributária e Contencioso Fiscal, as Dimensões AT 4- Contencioso Fiscal; AT 5- Serviços ao Contribuinte; e, AT 6- Cobrança e Arrecadação;
* No Eixo III-Administração Financeira e Gasto Público, as Dimensões AF 5- Gestão da Dívida Pública; e, AF 6. Gestão de Custos e Gastos Públicos.

Todas as demais Dimensões tratam dos Processos internos da gestão fiscal.

1. **Sistema de medição**

A estrutura de medição proposta pela MD-GEFIS contempla três níveis de análise.

O primeiro nível de medição verifica a Maturidade dos Processos críticos da gestão fiscal. O segundo nível apura o Desempenho da gestão fiscal por meio de indicadores estabelecidos para cada Dimensão crítica. O terceiro nível compreende a avaliação de impacto que será realizada por uma entidade externa para garantir a desvinculação e isenção do processo, não sendo objeto deste relatório.

Para mensuração da Maturidade, cada Dimensão foi detalhada em seus Processos críticos. Para cada Processo, foram descritos Requisitos do nível mais elevado de Maturidade. Estes Requisitos foram selecionados com base nas melhores práticas, nacionais e internacionais e numa visão de futuro da gestão fiscal.

Foram identificados 145 Processos críticos e 1.091 Requisitos de boas práticas, cuja distribuição encontra-se no **Quadro 2**, a seguir:

**Quadro 2-** Processos críticos, Pontuação Máxima e Requisitos por Eixo da gestão fiscal

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Eixo** | **Quantidade de Processos críticos** | **Pontuação Máxima por Eixo** | **Quantidade de Requisitos (melhores práticas)** |
| I- Gestão Fazendária e Transparência Fiscal (GF) | 55 | 165 | 379 |
| II- Administração Tributária e Contencioso Fiscal (AT) | 39 | 117 | 323 |
| III- Administração Financeira e Gasto Público (AF) | 51 | 153 | 389 |
| **Total** | **145** | **435** | **1.091** |

A medição dos avanços na Maturidade dos Processos é realizada por meio de respostas do tipo ‘sim’ ou ‘não’ que levam a uma pontuação de 0 (menor nível de avanço) a 3 (estado mais avançado), em relação aos Requisitos de melhor prática descritos para o Processo. Assim, as unidades da federação podem identificar quais e quantos Requisitos atendem e, consequentemente analisar o nível de Maturidade da gestão fiscal em cada Dimensão. Assim, **a pontuação máxima** que poderá ser alcançada nos **145 processos críticos dos três eixos é 435,** conforme está detalhado no Quadro 2 apresentado anteriormente**.**

Essa mensuração ajuda na identificação dos Processos nos quais é preciso avançar e uma visão das medidas que deverão ser adotadas para o progresso da Maturidade. Permite ainda identificar quais condições deverão estar satisfeitas para que se possa atingir níveis superiores de Maturidade, bem como definir estratégias e projetos para melhoria contínua desses Processos críticos.

Já o nível de Maturidade de cada Dimensão é calculado de acordo com a proporção de Processos com maior nível de Maturidade (3), sendo estabelecidas restrições quando da existência de 1 ou mais Processos com o nível de Maturidade zero ou, ainda, com a proporção de Processos com nível de Maturidade 1.

Assim, a metodologia estabelece uma escala crescente de Maturidade para a Dimensão composta de 6 níveis: *Iniciante (-), Iniciante (+), Intermediário (-), Intermediário (+), Avançado (-) e Avançado (+).*

De outro lado, para medir o Desempenho foram selecionados indicadores para cada Dimensão, obrigatoriamente vinculados aos Processos listados. Para cada Dimensão, foram descritos em média quatro indicadores que avaliam quantitativamente os resultados alcançados com a Maturidade atual do conjunto dos Processos organizacionais (performance organizacional).

A apuração dos níveis de Maturidade da gestão fiscal, juntamente com a apuração os indicadores de Desempenho selecionados, compõem a linha de base capaz de medir o progresso das iniciativas de modernização da gestão fiscal, geralmente focadas no aperfeiçoamento dos Processos operacionais.

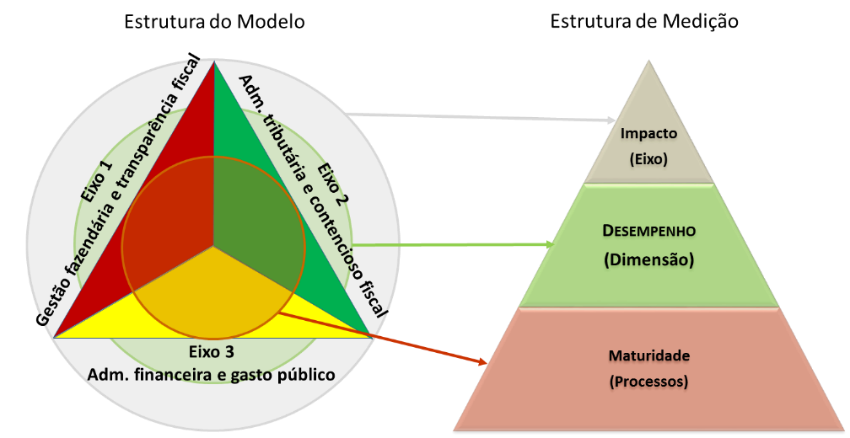
Ressalte-se que, devido à abrangência de cada Dimensão da gestão fiscal, os indicadores selecionados não contemplam os resultados de todos os seus Processos. Espera-se que, à medida que forem sendo conhecidos os comportamentos desses conjuntos de indicadores, bem como verificadas as vinculações com a Maturidade dos Processos, possa-se chegar a um conjunto mais eficaz de indicadores, ou mesmo à adoção de um índice capaz de expressar o Desempenho da Dimensão, de forma a considerar todo o conjunto de seus Processos operacionais.

Com vistas à padronização e redução de ambiguidade na sua interpretação, os indicadores estão detalhados no documento da metodologia, contendo atributos tais como conceitos, dados, fontes, periodicidade e polaridade.

1. **Síntese do modelo**

Definidos para cada um dos Eixos da MD-GEFIS, os indicadores de impacto são estabelecidos e analisados com base em metodologia específica de avaliação de impacto, que constitui um anexo da MD-GEFIS. A avaliação de impacto será realizada por especialistas independentes.

A relação entre o modelo da MD-GEFIS e sua estrutura de medição é apresentada na **Figura 1**, onde são observadas as 3 camadas objeto de análise. A camada mais interna do modelo, Processos por Dimensão crítica, é analisada a partir de sua Maturidade. A camada intermediária, Dimensão crítica, é analisada por meio de indicadores de Desempenho. Por fim, a camada externa, eixos de atuação da gestão fiscal, é analisada por um conjunto de indicadores de impacto. Este relatório abrange essas duas camadas.



**Figura 1-** Modelo da MD-GEFIS e estrutura de medição

Fonte: MD-GEFIS

## Contexto estadual

1. **Aspectos Gerais do Estado do Piauí**

Localizado na Região Nordeste do Brasil, o estado do Piauí possui uma área de 251.611.934 (IBGE, 2015) quilômetros quadrados, sendo o terceiro maior estado dessa Região, atrás apenas da Bahia e do Maranhão. Sua área corresponde a cerca de 2,96% do território nacional e é composto por 224 municípios.

De acordo com estimativa da população residente, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Piauí registrava em 1 de julho de 2016 um total de 3,212 milhões de habitantes, correspondendo a 5,64% da população do Nordeste e a 1,56% da população brasileira. Apresentava uma densidade demográfica de aproximadamente 12,77 habitantes por quilômetro quadrado e crescimento populacional aproximado de 0,9% ao ano.

Teresina, capital do Piauí, ao norte do Estado, é a cidade mais populosa, com 847.430 habitantes e também a de maior densidade demográfica, com 584,04 hab./km². A população piauiense é composta por 49,02% de homens e 50,98% de mulheres, com 67,10% residindo em áreas urbanas, dos quais 47,68% homens e 52,32% mulheres. As pessoas que viviam na zona rural somavam 32,90%.

Desde 2004, o Piauí vem se destacando quanto ao crescimento do PIB em valores absolutos, superando ano a ano o desempenho do Brasil, dos demais estados brasileiros e mesmo dos seus vizinhos do Nordeste. Em 2014, última publicação do IBGE, o PIB do Piauí experimentou um crescimento real de 5,30%. O mais relevante nesse ano, no entanto, foi o crescimento da sua participação no bolo nacional, saindo do histórico patamar de 0,59% para 0,65%, registrando um incremento de 11,25%. Esse crescimento do PIB em 2014 deveu-se, principalmente, ao desempenho do agronegócio, da indústria da construção civil, dos serviços de educação e saúde, notadamente públicos, e dos serviços imobiliários.

Entretanto, a crise pela qual passa o país tem impactado de maneira negativa na arrecadação dos impostos estaduais, em especial do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), seu principal imposto, que teve uma significativa desaceleração e passou de uma taxa real de crescimento anual de 8% entre 2006-13, para 0.5% entre 2014-16. Assim, o ICMS recuou de 8,2% do PIB para 7,9% entre esses períodos. Por outro lado, em que pese as medidas adotadas pelo governo piauiense para manter o equilíbrio fiscal, as despesas públicas alcançaram patamares de 86%. Como consequência, o resultado primário vem se deteriorando, passando de um superávit médio de 1,4% do PIB entre 2006-12, para déficits anuais nos últimos 4 anos, com uma média de -0.7% do PIB. A dívida pública encontra-se controlada num nível de 45% da RCL em 2016 (abaixo da média de 70% dos demais estados e do 200% requerido pela LRF).

Por meio do Decreto de nº 16.474 de março de 2016 contingenciou uma série de gastos correntes e também promulgou a Emenda Constitucional nº 47, de 26 de dezembro de 2016, que altera o art. 37 dos Atos das Disposições Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal do Estado e estabelecer regras que limitam a expansão das despesas primárias correntes por dez anos, deduzidos os gastos com inativos e pensionistas.

1. **Avanços e resultados alcançados com o PROFISCO[[2]](#footnote-2)**

No período de 2010 a 2016, foram observados grandes avanços na gestão fiscal do Estado do Piauí, provenientes de um amplo processo de desenvolvimento e fortalecimento institucional, financiado em grande medida com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO. Alguns dos expressivos resultados alcançados são destacados a seguir[[3]](#footnote-3):

(i) **Incremento da arrecadação própria estadual.** Crescimento de 67% da receita própria estadual, principalmente devido à implantação de iniciativas que visavam à (i) melhoria da fiscalização de estabelecimentos e que contemplaram o uso de malhas fiscais e a implantação do Grupo Interinstitucional de Combate ao Crime contra a Ordem Tributária (Grincot); (ii) melhoria da fiscalização de mercadorias em trânsito com a instalação do Centro de Operações Especiais (COE) (iii) implantação da fiscalização itinerante e (iii) recuperação do crédito tributário por meio de negativação junto ao SERASA.

(ii) **Otimização dos gastos.** A trajetória da dívida em relação à receita líquida real (RLR) caiu de 48,72% em 2010 para 47,50% em 2016; a redução das despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida foi 46,98% em 2010 para 44,50% em 2016, enquanto as outras despesas correntes em relação à LRL tiveram uma queda de 39,20% em 2010 para 27,90% em 2016. Essa contenção do gasto público se deu, principalmente, com a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí (SIAFE) e a implantação de Núcleos de Controle Interno;

(iii) **Melhoria dos serviços ao contribuinte.** Essa melhoria ocorreu com a implantação da Agência Virtual de Atendimento (e-AGEAT) que disponibilizou serviços na Internet e a implantação do SIGFÁCIL que reduziu o tempo médio de abertura de empresas de 60 dias em 2010 para 1 dia em 2016.

(iv) **Recuperação do Crédito Tributário inscrito em Dívida Ativa.** O incremento da recuperação do crédito tributário foi favorecido, entre outros mecanismos pela implantação do Módulo de Controle da Dívida Ativa integrado ao Sistema de Administração Tributaria, SIAT, permitiu a integração com a Procuradoria Geral do Estado - PGE e a inserção dos contribuintes do ICMS e do IPVA inscritos em Dívida Ativa no SERASA.

(v) **Melhoria da gestão Estratégica,** com a elaboração e implantação do Planejamento estratégico da SEFAZ, a implantação de modelo de gestão de estudos econômico-fiscais para informação do potencial arrecadatório do Estado e da sistemática de planejamento e elaboração orçamentária implantada e integrada ao sistema de execução orçamentária e financeira do Estado.

## Dinâmica de aplicação estadual

A aplicação da MD-GEFIS no estado do Piauí foi realizada com a participação de gestores e técnicos dos seguintes órgãos da administração pública estadual: Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Secretaria de Administração e Previdência (SEADPREV), Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Controladoria Geral do Estado (CGE).

Os trabalhos, conduzidos pelo Coordenador da Unidade de Coordenação do PROFISCO (UCP), com apoio da consultora do BID, foi realizado de maneira bastante participativa. Durante todo o processo as equipes discutiram os temas abordados, analisando criticamente as proposições e fazendo sugestões para melhor entendimento das questões em aplicações posteriores.

Ressalta-se que a metodologia utilizada levou as equipes estaduais a reflexões acerca da execução dos seus processos internos *vis a vis* os requisitos selecionados com base em melhores práticas nacionais e internacionais apresentadas. Além disso, permitiu a identificação de oportunidades de melhoria e a verificação das possibilidades e limitações na implantação de outras formas de trabalho do ponto vista técnico, legal e político. A discussão também orientou as equipes na identificação dos principais problemas enfrentados e nas alternativas de solução que poderiam ser apoiadas por iniciativas de modernização financiadas com recursos próprios ou por outras fontes de financiamento.

A coleta de dados para identificação das evidências e construção dos indicadores de desempenho e apuração dos resultados foi feita junto às áreas da SEFAZ, SEPLAN, SEADPREV, PGE e CGE que também foram responsáveis pelo fornecimento dos dados solicitados em cada Dimensão. O levantamento dos dados e a apuração dos indicadores revelaram uma grande dificuldade dos órgãos em trabalhar com indicadores.

Na fase de comprovação das evidências para comprovação do atendimento aos requisitos identificados na fase inicial de coleta, ocorreram alterações no nível de maturidade alcançado, em razão de as evidências apresentadas não serem suficientes para atendimento dos requisitos.

# **CONTEXTO INSTITUCIONAL DA GESTÃO FISCAL ESTADUAL**

A gestão fiscal do Estado do Piauí é realizada por meio das ações dos seguintes órgãos:

1. Secretaria de Estado da Fazenda do Piauí
2. Secretaria de Estado do Planejamento do Piauí
3. Procuradoria Geral do Estado – PGE
4. Controladoria Geral do Estado – CGE

As competências específicas de cada órgão na gestão fiscal do Estado, são detalhadas no **Quadro 3** a seguir:

**Quadro 3-** Distribuição das funções da gestão fiscal

| **SEFAZ** | **SEPLAN** | **PGE** | **CGE** | **SEADPREV** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Área Tributária | | | | |
| * Planejamento e avaliação tributária * Atendimento ao contribuinte * Cadastro de contribuintes * Fiscalização * Inteligência fiscal * Arrecadação * Cobrança administrativa * Contencioso administrativo (1a e 2a instâncias) |  | * Contencioso judicial |  |  |
| **Área Financeira** | | | | |
| * Planejamento e avaliação financeira * Tesouraria * Contabilidade * Dívida pública * Passivos contingentes | * Orçamento |  | * Controle interno | * Custos * Controle do Gasto * Folha de pagamento de pessoal * Previdência |
| **Área de administração (especificamente da gestão fiscal)** | | | | |
| * Tecnologia de informação * Recursos humanos |  |  |  | Compras governamentais |

O Regimento interno da SEFAZ (Portaria n. 115/2010) confere a capacidade legal e normativa às unidades que integram a estrutura organizacional da Secretaria e define suas competências nas áreas de i) **Administração Tributária**, onde são desempenhadas as funções de: planejamento e controle da ação fiscal, controle do trânsito de mercadoria, fiscalização de estabelecimentos, tributação, atendimento e orientação ao contribuinte, contencioso administrativo tributário, e, tecnologia e segurança das informações, ii) **Gestão da Despesa,** onde são desempenhadas as funções de programação financeira, gestão financeira, controle da dívida pública e controles contábeis, iii) **Gestão, de Logística e Tecnologia** que desenvolve atividades de execução financeira e orçamentária, gestão de pessoas, administração e tecnologia da informação da Secretaria.

## Elementos da identidade organizacional

Os elementos da identidade organizacional, publicados no site da SEFAZ, são os seguintes:

**Missão**

“Promover com excelência e transparência a administração das receitas e dos gastos públicos, primando pelo atendimento e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Piauí. ”

**Visão**

“Ser reconhecida como referência na gestão das receitas e dos gastos públicos e no atendimento à sociedade. ”

**Valores**

# Ética e Transparência nas ações

# Desenvolvimento e Valorização dos Servidores

# Trabalho em Equipe

# Inovação e Atualização Tecnológica

# Orientação para Resultados

# Excelência no Atendimento

# Compromisso Institucional e Social

## Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional básica e setorial da SEFAZ está apresentada no **Quadro 4**, a seguir:

**Quadro 4-** Estrutura da SEFAZ

|  |  |
| --- | --- |
| I - DIREÇÃO SUPERIOR | **Secretário da Fazenda** |
| II - ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO SECRETÁRIO | **1. Assistência de Serviços** |
| **2. Assessoria Técnica** |
| **3. Corpo de Julgadores** |
| **4. Corregedoria Fazendária** |
| 4.1. Coordenação de Processos Disciplinares |
| 5.**Coordenação de Controle Interno**  5.1. Núcleo de Apoio para Acompanhamento e Controle de Despesas Pública  5.2. Núcleo de Apoio para Acompanhamento e Controle Administrativo |
| 6. **Supervisão de Apoio Técnico** |

|  |  |
| --- | --- |
|  | **A. Superintendência de Gestão, de Logística e Tecnologia** |
| **7. Unidade Administrativo-Financeira** |
| 7.1. Gerência de Execução Financeira e Orçamentária |
| 7.2. Gerência de Gestão de Pessoas |
| 7.3. Gerência de Apoio Administrativo |
| 7.4. Gerência de Logística |
| **8. Unidade de Tecnologia e Segurança da Informação** |
| 8.1. Gerência de Infraestrutura, Redes e Segurança |
| 8.2. Gerência de Sistemas Corporativos |
| 8.3. Gerência de Projetos de Inovação Tecnológica |
| 8.4. Gerência de Suporte e Atendimento ao Usuário |
| 8.5. Gerência de Banco de dados |
| 1. **Superintendência da Receita** |
| **9. Unidade de Administração Tributária** |
| 9.1. Gerência de Tributação |
| 9.2. Gerência de Controle da Arrecadação |
| 9.3. Gerência de Informações Econômico-Fiscais |
| **10. Unidade de Fiscalização de Empresas** |
| 10.1. Gerência de Suporte da Ação de Fiscalização |
| 10.2. Gerência de Auditoria Fiscal |
| **11. Unidade de Atendimento** |
| 11.1. Gerências Regionais de Atendimento: Agências de Atendimento de Níveis A, B e C |
| 11.2. Gerência de Suporte e Apoio Logístico |
| **12. Unidade de Cidadania e Prognóstico** |
| 12.1. Gerência de Serviços Lotéricos |
| 12.2. Gerência de Cidadania Fiscal |
| 12.3. Gerência de Distribuição de Serviços Lotéricos |
| **13. Unidade de Receita Não Tributária** |
| 13.1. Gerência de Controle de Receitas Patrimoniais |
| 13.2. Gerência de Controle de Receitas Não Tributárias |
| 1. **Superintendência do Tesouro Estadual** |
| **14. Unidade de Gestão Financeira** |
| 14.1. Gerência de Execução Financeira Estadual |
| 14.2. Gerência de Programação Financeira |
| 14.3. Gerência de Acompanhamento de Operações de Crédito e Convênios |
| **15. Unidade de Controle Contábil** |
| 15.1. Gerência de Consolidação Contábil |
| **16. Unidade de Gestão da Dívida Pública** |
| 16.1. Gerência de Controle da Dívida Pública |
| 16.2. Gerência de Controle da Execução de Crédito e Convênios |
| **17. Unidade de Gestão e Programação do Gasto Público** |
| 17.1. Gerência de Programação Financeira |
| 17.2. Gerência de Gestão do Gasto Público |

## Força de trabalho

Para dar cumprimento à sua missão institucional, a SEFAZ conta com a seguinte força de trabalho:

**Quadro 5 -** Força de trabalho da SEFAZ/PI

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Denominação da carreira** | **Nível** | **Quant.** | **Gênero** | | **Faixa etária** | |
| **Fem** | **Masc** | **<= 40** | **> 40** |
| Auditor Fiscal da Receita Estadual | Sup | 167 | 53 | 114 | 28 | 139 |
| Auditor Fiscal Auxiliar da Fazenda Estadual Cargo em extinção | Med | 23 | 8 | 15 | 0 | 23 |
| Técnico da Fazenda Estadual | Med | 1031 | 282 | 749 | 128 | 903 |
| Analista do Tesouro Estadual (Cargo em extinção) | Sup | 46 | 8 | 38 | 31 | 15 |
| Analista Auxiliar do Tesouro Estadual | Med | 12 | 5 | 7 | 0 | 12 |
| **Total** | | **1279** | **356** | **923** | **187** | **1092** |
| **Participação** | | **100%** | **28%** | **72%** | **15%** | **858%** |

Observe-se que a força de trabalho é composta por cerca de 2/3 de homens para 1/3 de mulheres.

Quanto à faixa etária, constata-se a necessidade de redimensionar o quadro de servidores, uma vez que nos próximos anos haverá grande número de servidores em vias de se aposentar.

A SEFAZ conta ainda com um total de 950 servidores terceirizados, distribuídos nas áreas de apoio à fiscalização, operacionais de TI, formação e capacitação e apoio administrativo.

## Orçamento da administração fiscal

O orçamento da gestão fiscal no ano de 2016 apresentou os resultados e indicadores apresentados na **Quadro 6**, a seguir:

**Quadro 6 -** Execução orçamentária da gestão fiscal

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Orçamento da gestão fiscal**  (excluindo despesas com pessoal) | **Aprovado** | **Executado** |
| Valor total do orçamento | 61.240.145 | 49.278.225 |
| *Valor do orçamento de custeio* | *29.580.240* | *41.717.710* |
| *Valor do orçamento de investimento* | *31.659.905* | *7.560.515* |

## Estrutura e governança de TI

A SEFAZ PI possui quadro próprio de servidores, auditores fiscais com formação em de TI e conta com servidores da Agência de Tecnologia da Informação, uma autarquia, pessoa jurídica de direito público, vinculada à SEADPREV, além de servidores terceirizados.

As decisões estratégicas na área de TI são tomadas no âmbito da SEFAZ, em coordenação com a ATI.

# **AVALIAÇÃO DA MATURIDADE DOS PROCESSOS E DO DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL**

## Visão Geral da Maturidade das dimensões da gestão fiscal

O nível de maturidade do conjunto dos processos críticos de cada Dimensão da MD GEFIS foi identificado a partir da apuração das respostas dadas no Questionário aplicado com as equipes da SEFAZ/PI cujos resultados são apresentados no **Quadro 7,** a seguir:

**Quadro 7:** Maturidade da Gestão Fiscal do Estado do Piauí

|  |  |
| --- | --- |
| **EIXOS E DIMENSÕES** | **MATURIDADE** |
| **EIXO I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL (GF)** | |
| GF 1. Governança Pública | Iniciante (+) |
| GF 2. Gestão para Resultados | Iniciante (-) |
| GF 3. Gestão de Pessoas | Iniciante (-) |
| GF 4. Gestão da Tecnologia da Informação | Avançado (-) |
| GF 5. Gestão de Aquisições e Materiais | Iniciante (+) |
| GF 6. Transparência e Cidadania Fiscal | Iniciante (+) |
| **EIXO II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL (AT)** | |
| AT 1. Políticas e Gasto Tributário | Iniciante (+) |
| AT 2. Cadastro e Obrigação Tributária | Intermediário (-) |
| AT 3. Fiscalização e Inteligência Fiscal | Iniciante (+) |
| AT 4. Contencioso Fiscal | Iniciante (+) |
| AT 5. Serviços ao Contribuinte | Iniciante (+) |
| AT 6. Cobrança e Arrecadação | Intermediário (-) |
| **EIXO III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO (AF)** | |
| AF 1. Planejamento e Execução Orçamentária | Iniciante (-) |
| AF 2. Políticas, Programação e Execução Financeira | Iniciante (+) |
| AF 3. Gestão de Ativos e Passivos | Iniciante (+) |
| AF 4. Gestão Contábil | Intermediário (+) |
| AF 5. Gestão da Dívida Pública | Iniciante (-) |
| AF 6. Gestão de Custos e Gastos Públicos | Iniciante (-) |

Observa-se que as **dimensões transversais** de cada Eixo – Governança Pública (*GF 1), Políticas e Gasto Tributário (AT 1)* e *Planejamento e Execução Orçamentária* (*AF 1*) – ou seja, que tratam das políticas e que impactam e determinam nas demais dimensões de seu respectivo eixo, encontram-se no nível ***Iniciante (-)*** no Eixo I, ***Iniciante (+)*** no Eixo II; e, ***Iniciante (-)*** no Eixo III. Por serem dimensões que tratam dos processos que definem as políticas, é preocupante que estejam em níveis de maturidade baixo. Em função de terem caráter estruturante e definidor de estratégias, essas dimensões influenciam na maturidade dos demais processos. O maior nível de maturidade encontrado do Eixo II provavelmente reflete a ênfase na área tributária dos programas de modernização que o Estado do Piauí vem implementando nos últimos anos.

Analisando os resultados obtidos nas dimensões que têm maior interação e visibilidade na sociedade, ou seja, as dimensões *Transparência e Cidadania Fiscal* (*GF 6), Contencioso Fiscal (AT 4), Serviços ao Contribuinte (AT 5), Cobrança e Arrecadação (AT 6), Gestão da Dívida Pública (AF 5)* e Gestão de Custos e Gastos Públicos (*AF 6)*, constatam-se o alcance dos seguintes níveis de maturidade: (i) ***Iniciante (-),*** as dimensões *AF 5 e AF 6,* (ii) ***Iniciante (+),*** as dimensões *GF 6, AT 4 e AT 5;*e,(iii) ***Intermediário (-),*** *a* dimensão*AT6.* O grau de maturidade diagnosticado nessas dimensões que tratam da relação com a sociedade é crítico, visto que efetividade estrutural da Administração Tributária tende a aumentar quando se adota, entre outras “boas práticas” a transparência institucional.[[4]](#footnote-4) As modernas administrações fiscais também têm enfatizado a importância da relação com a cidadania, inclusive, sobre as possíveis ações tomadas pelos gestores e as consequências imediatas e de longo prazo das políticas previstas.

Com vistas a se obter um valor que possa ser associado à Maturidade de cada um dos 3 Eixos da gestão fiscal, considera-se a proporção entre o somatório dos níveis de Maturidade de cada um dos Processos críticos que compõem as dimensões do Eixo e o valor máximo possível de ser alcançado, qual seja, o produto obtido pela multiplicação do número de Processos do Eixo e o valor máximo do nível de Maturidade de cada Processo (3).

|  |
| --- |
|  |

Os resultados obtidos da aplicação da MD-GEFIS no estado do Piauí, estão apresentados na **Quadro 8**, a seguir:

**Quadro 8-** Resultados da aplicação da MD- GEFIS no estado do Piauí

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Eixo** | **Pontuação máxima** | **Pontuação obtida** | **Proporção** |
| I- Gestão Fazendária e Transparência Fiscal (GF) | 165 | 44 | 27% |
| II- Administração Tributária e Contencioso Fiscal (AT) | 117 | 45 | 38% |
| III- Administração Financeira e Gasto Público (AF) | 153 | 43 | 28% |
| **Total** | **435** | **132** | **30%** |

Os resultados apresentados no Quadro 8 permitem concluir que os Processos críticos atendem aos Requisitos das melhores práticas preconizadas pela MD-GEFIS, em maior proporção no Eixo II, com 38%, seguido pelos Eixos I e III, com 27% e 28%, respectivamente. Ainda, de forma geral, o somatório dos níveis de Maturidade dos Processos dos 3 Eixos corresponde a 30% da pontuação máxima possível.

O progresso de cada iniciativa de modernização poderá ser medido por meio da variação da proporção entre a pontuação obtida ao final de sua execução e a pontuação na sua linha de base.

## Eixo I. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal (GF)

O nível de Maturidade de cada Dimensão é apurado a partir do nível de Maturidade do conjunto de seus Processos críticos. Por sua vez, o nível de Maturidade de cada Processo crítico pode variar de 0 a 3, a partir do atendimento aos Requisitos de melhores práticas descritos em cada Processo. O detalhamento do **Eixo I- Gestão Fazendária e Transparência Fiscal** com as suas Dimensões e quantidades de Processos críticos e Requisitos de melhores práticas constam da **Quadro 8**, a seguir:

**Quadro 9:** Processos Críticos e Requisitos do Eixo I- Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Dimensão** | **Quantidade de Processos críticos** | **Quantidade de Requisitos (melhores práticas)** |
| GF 1. Governança Pública | 11 | 79 |
| GF 2. Gestão para Resultados | 13 | 62 |
| GF 3. Gestão de Pessoas | 12 | 86 |
| GF 4. Gestão da Tecnologia da Informação | 6 | 57 |
| GF 5. Gestão de Aquisições e Materiais | 6 | 47 |
| GF 6. Transparência e Cidadania Fiscal | 7 | 48 |
| **Total** | **55** | **379** |

A Maturidade de cada Dimensão está apresentada no **Quadro 10** a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensões** | **Maturidade** |
| GF 1. Governança Pública | Iniciante (+) |
| GF 2. Gestão para Resultados | Iniciante (-) |
| GF 3. Gestão de Pessoas | Iniciante (-) |
| GF 4. Gestão da Tecnologia da Informação | Avançado (-) |
| GF 5. Gestão de Aquisições e Materiais | Iniciante (+) |
| GF 6. Transparência e Cidadania Fiscal | Iniciante (+) |

A dimensão **GF 5. Gestão de TI** apresentou o maior nível de **maturidade** dentre as 6 dimensões pesquisadas, *Avançado (-)*; seguido das dimensões **GF 5. Gestão de Materiais e Aquisições e GF 6. Transparência e Cidadania Fiscal e** **GF 1. Governança Pública** com nível de maturidade *Iniciante (+)*; e **GF 2. Gestão por Resultados** e **GF 3. Gestão de Pessoas**, com o menor nível de maturidade dentre as dimensões pesquisadas, *Iniciante (-).*

Para efeito da análise da maturidade de cada Dimensão do Eixo, também são apresentadasas **evidências** mais relevantes que confirmam o cumprimento dos requisitos exigido para cada processo crítico.

Com vistas a medir o **desempenho** do **Eixo 1 - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal**, foi definido um conjunto de 18 indicadores que serão analisados por Dimensão pesquisada, considerando os dados coletados.

A seguir, analisa-se o resultado de cada Dimensão pesquisada.

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão GF 1. Governança Pública** | ***Iniciante (+)*** |

A visão de futuro desta dimensão é “promover a autonomia, o alinhamento, o direcionamento e o monitoramento da atuação da organização, com base em estrutura formal, que atenda aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade social”.

O nível ou estágio de **maturidade** do conjunto de processos críticos que compõem esta dimensão, e que foi apurado pela MD-GEFIS, é ***Iniciante (+)***.

Este resultado decorre principalmente pela baixa maturidade (0) de 6 dentre os 11 processos analisados, ou seja, os que adotam um número muito pequeno das boas práticas da MD GEFIS: *Direcionamento estratégico da gestão fiscal, Avaliação e monitoramento do Plano Estratégico, Gestão de Processos, Gerenciamento dos Riscos e Controle Interno, Auditoria interna da gestão fiscal e Avaliação da qualidade dos produtos e serviços da gestão fiscal****.***

Outros 3 processos contribuem para uma leve melhoria do nível de maturidade desta dimensão (nível 1), ainda que mantido o nível de Iniciante:*Sistema de governança da gestão fiscal; Atribuições organizacional, administrativa e financeira da gestão fiscal* e *Gestão de Projetos*.

Finalmente, vale destacar que 2 processos apresentam o nível 2 de maturidade: *Direcionamento estratégico*, *Plano estratégico da gestão fiscal e Procedimentos de correição da administração fiscal*.

A maturidade desses três processos com nível de maturidade 2 foi confirmada pelas evidências coletadas junto às áreas responsáveis. Com relação ao processo ***Plano estratégico da gestão fiscal***, foi constatado que a Assessoria de Planejamento (ASPRO) vinculada ao Gabinete do Secretário é o órgão responsável pela implantação, monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico na SEFAZ. O Plano Estratégico da gestão fiscal foi elaborado para o período 2016-2019 com definição de missão, visão e valores da SEFAZ e de indicadores de resultados, com metas de curto, médio e longo prazos a eles associadas. A ASPRO faz uso de ferramenta informatizada de monitoramento das ações que permite a definição de validade de indicadores, controle do seu desempenho, o compartilhamento de indicadores com as unidades de negócio e demais entidades, e atualização simultânea dos indicadores que possuem as mesmas variáveis componentes da fórmula de cálculo. A ferramenta está disponibilizada na intranet (Portal de Gestão), porém os procedimentos organizacionais ainda não estão definidos e formalizados, apesar de o documento Planejamento Estratégico fornecer diretrizes para a sistemática de acompanhamento e avaliação que deverá ser realizado por um fórum de acompanhamento e avaliação chamado de Reunião de Gestão da Estratégia (RGE), a ser formado pelo Secretário, Superintendentes e Diretores da SEFAZ.

O processo **correição da administração fiscal** é de responsabilidade da Corregedoria Fazendária e é executado com base no que estabelece o Estatuto do Servidor (Lei Complementar No 13, de 3 de janeiro de 1994), a Lei do processo administrativo estadual e outras normas que definem critérios técnicos para seleção do desempenho da atividade fiscal e de instalação do processo administrativo disciplinar, com fixação de prazos para conclusão e para composição das comissões. A SEFAZ

Do ponto de vista do **Desempenho dos processos críticos,** a **Dimensão GF1 Governança Pública** foram selecionados quatro indicadores que visavam avaliar primordialmente a capacidade da SEFAZ em planejamento e execução orçamentária e de cumprimento das metas pactuadas.

Os indicadores de desempenho selecionados para esta Dimensão foram:

|  |  |
| --- | --- |
| **1) Execução orçamentária da gestão fiscal:**  Orçamento executado total / orçamento aprovado total | **90%** |
| **2) Execução do orçamento de custeio da gestão fiscal:**  Orçamento de custeio executado / orçamento executado total | **85%** |
| **3) Execução do orçamento de investimento da gestão fiscal:**  Orçamento de investimento executado / orçamento executado total | **15%** |
| **4) Cumprimento de metas:**  Quantidade metas alcançadas / quantidade de metas pactuadas | **62%** |

A baixa maturidade na *Gestão de processos* organizacionais, bem como da *Gestão de riscos operacionais* *e controle interno,* assim como a *Avaliação e monitoramento do Plano Estratégico* podem estar comprometendo a qualidade da estimativa de execução do orçamento da gestão fiscal e, certamente está dificultado o atingimento das metas estabelecidas no plano estratégico da SEFAZ.

Ressalta-se que para o processo *Planejamento Estratégico da Gestão Fiscal*, constatou-se, por meio do indicador **cumprimento das metas pactuadas em seu planejamento estratégico,** o alcance de 62% das metas. Isto se explica nível de maturidade *Iniciante* (-) da Dimensão.

Deficiências decorrentes da governança e direcionamento da gestão fiscal podem estar comprometendo a qualidade da estimativa de execução do orçamento da gestão fiscal e, certamente dificultado o alcance das metas estabelecidas no plano estratégico da SEFAZ. Com vistas ao aprimoramento da **Dimensão GF1. Governança Pública**, e o aumento no nível de maturidade, é importante a implantação de um modelo de gestão para resultadosque contempleum conjunto de indicadores e metas realistas e desafiadoras, com um planejamento estratégicoalinhado aos processos e projetos das áreas da Receita, Tesouro e Gestão e seja apoiado em metodologia de gerenciamento de riscos.

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão GF 2. Gestão para Resultados** | ***Iniciante (-)*** |

A dimensão ***Gestão para Resultados*** tem como visão de futuro “*promover um modelo de gestão orientado para resultados, baseado em indicadores de desempenho, em busca do aumento da eficiência, efetividade e “accountability” da gestão, garantindo monitoramento e avaliação sistemática dos avanços e resultados pactuados*”.

Pela apuração da MD-GEFIS, o conjunto de processos críticos que compõem esta dimensão é ***Iniciante (-)***.

Este resultado decorre, especialmente pela baixa maturidade (0) de 7 entre os 13 processos críticos que integram esta dimensão: *Propostas de implementação da estratégia, Desdobramento da estratégia, Pactuação interna de resultados, Pactuação externa de resultados, Iniciativas de alinhamento e otimização dos processos de trabalho,* *Iniciativas de alinhamento e otimização da estrutura organizacional*, e *Monitoramento e avaliação das iniciativas e resultados*.

Outros 4 processos apresentam baixo nível de maturidade (1) e contribuem para o resultado obtido na dimensão: *Compreensão do ambiente institucional*, *Programação estratégica,* *Orientação estratégica das pessoas e Iniciativas de alinhamento do orçamento*

Os outros 2 processos críticos,*Propósito organizacional e Iniciativas de alinhamento da TI****,*** alcançaram o nível de maturidade 2.

As evidências apresentadas nesta Dimensão, mostram que para a *compreensão do ambiente institucional* foi utilizada metodologia que permitem compreender os ambientes interno e externo (Análise SWOT [[5]](#footnote-5)) e apoiar a formulação e revisão das estratégias (*Balanced Scorecard* - BSC), conforme documento do Plano Estratégico 2016-2019. O *propósito organizacional (missão, visão e valores)* está claramente definido e informa aos beneficiários a razão de ser da instituição, seus produtos e impactos e a agenda estratégica estabelece uma visão de longo prazo a partir da construção de um ideal transformador do contexto da Secretaria.

A *programação estratégica (objetivos, resultados, projetos, produtos, indicadores e metas)*apresenta um conjunto de objetivos, programas e projetos alinhados com visãoe representam o seu desdobramento, com a estratégia demonstrada no seu mapa estratégico.

O indicador de Desempenho selecionado pela MD-GEFIS para esta Dimensão é:

|  |  |
| --- | --- |
| **1) Índice de Maturidade na Gestão para Resultados (COGEF/CONFAZ/PRODEV)** Com as alterações de apuração introduzidas pela MD-GEFIS | Iniciante (-) |

Para esta **Dimensão GF 1. Gestão para Resultados** é recomendada a implantação de um modelo de gestão para resultados, apoiado em metodologia de gerenciamento de riscos para apoio ao planejamento, estabelecendo a pactuação de resultados com instituição, proporcionando direcionamento, controle, aprendizado, transparência e responsabilização.

Como visto, a SEFAZ apenas tem um planejamento estratégico, um dos pilares para implantação do processo relativo à gestão por resultados, que é suportado por um sistema informatizado. No entanto, por ainda não ter um conjunto de indicadores e metas realistas e desafiadoras, o planejamento estratégico da Secretaria torna-se um instrumento frágil. Ademais, é necessário evoluir no processo de monitoramento e avaliação dos projetos atrelados às metas estratégicas da Secretaria.

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão GF 3. Gestão de Pessoas** | ***Iniciante (-)*** |

A visão de futuro da dimensão ***Gestão de Pessoas*** é *“estimular a qualificação dos recursos humanos e promover a melhoria do desempenho das competências, de acordo com padrões éticos, com adequada alocação e distribuição nas áreas organizacionais”.*

Esta dimensão contempla um conjunto de 12 processos críticos e pela apuração da MD-GEFIS alcança um estágio de maturidade ***Iniciante (-)***.

O resultado obtido nesta dimensão decorre, principalmente pelo baixo nível de maturidade (0) encontrado em 6 dentre os 12 processos críticos analisados que adotam um número muito pequeno das práticas da MD GEFIS: *Procedimentos básicos da gestão de pessoas, Provimento, alocação, remoção e avaliação dos servidores, Sistema de benefícios e premiação pelo desempenho para os servidores, Provimento e avaliação dos cargos de direção, Sistema de incentivos ao desempenho para os dirigentes, Gestão da inovação e do conhecimento e Código de ética e conduta da administração fiscal*.

Mais 5 processos apresentaram nível de maturidade baixo (1), contribuindo para o resultado obtido: *Direcionamento estratégico da gestão de pessoas na administração fiscal, Planejamento da formação e capacitação de dirigentes e servidores e* *Sistema de aposentadoria de servidores.*

Apenas 1 processo crítico da Dimensão Gestão de Pessoas apresenta o nível 2 de maturidade, porém não foi suficiente para a melhoria do resultado global da dimensão: *Relacionamento da gestão fiscal com as entidades representativas dos servidores,* *Execução da formação e a capacitação de dirigentes e servidores*.

As evidências apresentadas indicam que os direitos e deveres dos dirigentes e servidores são formalizados quando do seu ingresso no serviço público estadual e os documentos Estatuto do Servidor (Lei Complementar 13/1994) e Cartilha de Direitos e Deveres do Servidor estão disponibilizados no site do Governo do Estado. A Superintendência de Gestão, Logística e Tecnologia participa do Comitê estratégico da SEFAZ formado pelo Secretário e Superintendentes. No Planejamento Estratégico do órgão foram definidas prioridades para as ações de gestão de pessoas, assim como as metas e os indicadores de desempenho, porém sua implantação ainda não está consolidada. Informações funcionais de dirigentes e servidores são disponibilizadas no Portal de Transparência e podem também ser obtidas por meio de Oficio de solicitação de informação/fornecimento (SCFweb).

O ***sistema de aposentadoria de servidores*** dispõe de fundo próprio de previdência estadual administrado pelo IAPEP - Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí, de acordo com a Lei 2742 de 1966 e Lei 4051 de 1986. Não usa sistema informatizado para simular a apuração dos proventos, apenas realiza a apuração de tempo de serviço. Para atendimento do aposentado, a SEFAZ reserva, no Térreo do Centro Administrativo em Teresina, capital do Estado, uma sala dos Inativos.

O modelo de gestão prevê ***relacionamento da gestão fiscal*** com as entidades representativas dos servidores (Sindicato e Associação) e o Estatuto dos Servidores e Atos normativos da SEFAZ asseguram mecanismos de participação das entidades na formulação de políticas de gestão de pessoas.

No que concerne aos *procedimentos básicos da gestão de pessoas*, a SEFAZ utiliza mecanismos de bem estar e qualidade de vida dos dirigentes e servidores e desenvolve Programa de Qualidade de Vida, por meio do Núcleo de Qualidade de Vida que funciona na Escola Fazendária. Quanto a integração às bases de dados, o sistema de gestão de pessoas da SEFAZ não está integrado ao da Folha de Pagamento do Estado administrado pela SEADPREV e dos 51 macroprocessos realizados pela Gerência responsável pela Gestão de Pessoas da SEFAZ, apenas 3 possuem algum tipo de automação - quais sejam, solicitação de aposentadoria, férias e licença prêmio.

O ***planejamento da formação e capacitação de dirigentes e servidores da SEFAZ*** define astrilhas de capacitação definidas com base nas competências organizacionais, comportamentais e técnicas mapeadas com apoio da COGEF, entretanto o plano de capacitação ainda está em construção e o atendimento é realizado por demanda, de responsabilidade da Escola fazendária. Os critérios para participação nas capacitações são definidos e divulgados no Portal da SEFAZ.

Para a ***execução da formação e a capacitação de dirigentes e servidores*** a gestão de pessoas dispõe de orçamento próprio do Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária - FUNDAT/SEFAZ-PI. [[6]](#footnote-6) Divulga sistematicamente o calendário de formação e capacitação de dirigentes e servidores e utiliza mecanismos de contratação externa, por meio de aquisição de vagas ou contratação de programas exclusivos. Para o ensino presencial, dispõe de ambiente multifuncional com estrutura tecnológica avançada na Escola fazendária e aplica formulários para avaliação das capacitações realizadas. Não avalia o impacto das capacitações no desempenho do servidor.

Não dispõe de ***código de ética e conduta da administração fiscal*** *aplicável a dirigentes e servidores,* porém a gestão de pessoas utiliza o Estatuto dos Servidores e procedimentos e mecanismos legais para acompanhamento da variação patrimonial, como a Resolução do TCE/PI para os servidores do grupo TAF e Cargos Comissionados - declaração de Imposto de Renda, a Lei Federal 8429/92 e a Resolução 666/98 do TCE/PI.

O nível de maturidade da **Dimensão GF3 - Gestão de Pessoas, *Iniciante* (-)** é confirmada pela apuração dos indicadores selecionados que indicam o baixo desempenho dos processos críticos de gestão de pessoas, conforme segue:

|  |  |
| --- | --- |
| **1) Investimento em capacitação:**  Orçamento de capacitação executado / orçamento total executado da SEFAZ | 0,68% |
| **2) Aplicação de sanções previstas no código de ética:**  Sanções aplicadas / total de casos investigados | ND |
| **3) Avaliação de desempenho:**  Qtd. servidores avaliados por competência / total de servidores | 77% |

O indicador **Aplicação de sanções previstas no código de ética**, não pode ser apurado uma vez que a SEFAZ não dispõe de um código de ética para os Servidores. Nos anos 2015 e 2016, foram recepcionadas 11 denúncias das quais foram aplicadas 4 sanções (36%) julgadas como base o Estatuto do Servidor e em outros dispositivos legais.

A falta de um planejamento de gestão estratégica de pessoas que reflita o direcionamento da Secretaria e promova o alinhamento dos servidores e gestores com suas políticas de gestão explica o baixo desempenho evidenciado nesta Dimensão. Também as práticas de gestão de pessoas como a lotação, movimentação ou capacitação dos servidores não se baseiam em um modelo de competências efetivamente implantado e o quadro de servidores não é dimensionado a partir dos requisitos dos processos de trabalho.

|  |  |
| --- | --- |
| •**Dimensão GF 4. Gestão da Tecnologia da Informação** | ***Avançado (-)*** |

A visão de futuro desta dimensão é o “*uso das melhores tecnologias para produção de informações válidas, tempestivas e úteis, com riscos aceitáveis, agregando valor à administração fisca*l”. Pela apuração realizada na MD GEFIS, a dimensão ***gestão da tecnologia da informação*** se localiza no nível de maturidade ***Intermediário +***.

Este resultado decorre, especialmente pela alta maturidade (3) de 2 dentre os 6 processos críticos analisados, ou seja, adotam um número elevado das boas práticas da MD GEFIS: *Sistema de monitoramento e avaliação* e *Automação dos processos críticos da administração fiscal****.***

Outros 3 processos críticos também contribuem de maneira significativa para o resultado geral da dimensão, ao apresentar uma maturidade mediana (2): *Direcionam****e****nto estratégico da gestão de TI, Planejamento estratégico da gestão de TI e Contratações de TI.*

Apenas 1 processo tem nível de maturidade 1: *Controle e operação da área*

O ***direcionamento estratégico da gestão de TI***é apoiado por um Plano Diretor de Tecnologia da Informação elaborado em 2013 que define a direção estratégica da área de tecnologia da informação (TI) da SEFAZ, fornece as diretrizes para o planejamento e priorização das ações, as metas e indicadores de resultados e identifica os objetivos estratégicos do negócio e as prioridades chave que precisam ser endereçadas. O *planejamento estratégico de TI*institui formalmente o planejamento e estabelece a periodicidade de sua revisão. Contempla a participação das áreas mais relevantes da organização e o apoio do comitê de TI, formado pela alta direção da SEFAZ e o Diretor de TI. O ***sistema de monitoramento e avaliação*** define formalmente diretrizes para avaliação da gestão de TI e dispõe de sistema (Sistema ZABBIX - *open source)* que monitora a rede, os servidores e disparam *emails* quando surgem problemas nos equipamentos, gerando gráficos que permitem avaliar o desempenho global. Para avaliar a segurança da informação, usa o FIREWALL - versão IPTABLES que acusa tentativas de invasão. os contratos de TI são monitorados e avaliados periodicamente por meio do sistema de Contratos (SCC) que pertence à SEFAZ e é administrado pela Diretoria de Administração. O gestor do contrato monitora, aciona, dá a advertência ou o ateste.

O processo de ***controle e a operação da área de TI*** utiliza as disciplinas da biblioteca ITIL no gerenciamento dos serviços e adota metodologia SCRUM de desenvolvimento de software. Utiliza dispositivos para proteção das informações, sistemas, recursos e serviços contra erros, manipulação não autorizada e desastres para garantir a redução do impacto e diminuir a probabilidade de incidentes de segurança (FIREWALL - versão IPTABLES; AntiSpam, filtro Web e Antivirus Trend Micro).

A Unidade responsável pela gestão de TI monitora e verifica o nível de alinhamento com o negócio e da conformidade do uso da tecnologia com as políticas corporativas, apesar de a contratação de alguns serviços de TI estarem sob a coordenação das áreas de negócio.

Os ***processos críticos da administração fiscal são automatizados***, com serviços aos contribuintes *on line* completos, executa e controla a arrecadação de todos os tributos estaduais e controla a cobrança do crédito tributário, inclusive quanto à concessão de parcelamento e os processos do contencioso administrativo e judicial, além das transações orçamentárias e financeiras e os registros contábeis e de ferramentas que asseguram o controle e a operação da área de TI.

As ***contratações de TI*** têm as atividades padronizadas, indicadores quantitativos e metas estabelecidas no planejamento das contratações no SCC - Sistema de Controle de Contratos e incluem estudos de viabilidade técnica[[7]](#footnote-7). Os pagamentos e prorrogação de contratos são autorizados pela PGE após ateste do fiscal de contrato e mensuração dos resultados. A unidade de Tecnologia da Informação não possui autonomia orçamentária e seus investimentos decorrem do orçamento da SEFAZ.

Os indicadores de desempenho selecionados para esta Dimensão foram:

|  |  |
| --- | --- |
| **1) Execução do orçamento de custeio de TI:**  Orçamento de custeio de TI executado / orçamento de custeio total da administração fiscal | **8%** |
| **2) Execução do orçamento de investimento de TI:**  Orçamento de investimento de TI executado / orçamento de investimento total da administração fiscal | **18%** |
| **3) Eficiência na gestão do portfólio:**  Projetos de TI implantados / total de projetos de TI planejados | **36 %** |

Em que pese o nível de maturidade alcançado na medição dos seus processos críticos, **a gestão de Tecnologia da Informação** da SEFAZ ainda apresenta *limitada efetividade no apoio à tomada de decisão. 23% das chamadas de reclamação realizadas pelos usuários estão relacionadas a problemas nos sistemas de informação. O* processo **Planejamento Estratégico de TI** analisado peloindicador **eficiência na gestão do portfólio,** mostra a implantação de 36% dos 11 projetos que constavam do portfólio de projetos em 2016. Este resultado pode ser explicado pela falta de documentação do modelo funcional e de planos de ação que detalhem as atividades, indicadores e metas e de sistemática de acompanhamento com vistas à remoção de obstáculos, correção de rumo e posterior comunicação aos usuários. Ainda, as regras de negócio precisam estar definidas para melhorar a gestão dos contratos que envolvem TI dentro da SEFAZ e que estão sob a responsabilidade da área de Negócio.

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão GF 5. Gestão de Aquisições e Materiais** | ***Iniciante (+)*** |

A dimensão **Gestão de Aquisições e Materiais** tem como visão de futuro “*decidir e promover ações relativas às aquisições, materiais de consumo e permanentes alinhadas às necessidades da organização, buscando contribuir para a economia dos recursos e para o alcance das metas*”.

Esta dimensão contempla um conjunto de 6 processos críticos e encontra-se no nível de maturidade ***Iniciante (+)*,** de acordo com a apuração realizada pela MD GEFIS.

Este resultado decorre principalmente pela baixa maturidade (0) de 3 dentre os 6 processos avaliados, ou, adota um número reduzido das boas práticas apresentadas pela MD GEFIS: *Direcionamento estratégico da gestão de aquisições e contratações*, *Planejamento das aquisições e contratações e* E*xecução das aquisições e contratações*.

O processo crítico *Gestão de material de consumo* foi avaliado com nível de maturidade baixo (1) e também contribuem para o resultado obtido.

Apesar de 2 processos críticos apresentarem um nível 2 de maturidade, estes não foram suficientes para a melhoria da maturidade da dimensão, que permaneceu no nível *Iniciante*: *Controle e auditoria das aquisições e contratações* e G*estão de material permanente.*

A Secretaria Estadual da Administração e Previdência é o órgão central de coordenação e execução da Política de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, licitações e contratos, gestão de documentos e gestão de controle de gastos da administração pública do Estado[[8]](#footnote-8), cabendo à Superintendência de Licitações e Contratos o acompanhamento e controle de todas as licitações realizadas no Estado, bem como dos demais atos de contratações, respeitado o disposto no inciso II, do art. 151 da Constituição Estadual. Todos os órgãos da administração pública estadual têm suas próprias Comissões de Licitação.

O ***direcionamento estratégico da gestão de aquisições e contratações*** não está integrado à estratégia corporativa, mas nas decisões estratégicas o dirigente máximo da SEFAZ e o Comitê Gestor são envolvidos. A Comissão de Licitação da Secretaria está formalmente constituída no âmbito de sua estrutura e é composta por servidores efetivos e apenas 1 funcionário terceirizado que conta, ainda, com 2 pregoeiros.

A ***execução das aquisições e contratações*** não dispõe de instrumentos padronizados e para controle de todo o ciclo dos materiais, serviços e obras são utilizados os seguintes Sistemas: Protocolo, Infoalmoxarifado, Sistema Patrimônio, Controle de Contratos e Infogastos (que realiza o controle dos gastos) que não são integrados. Estão disponibilizados na Internet (SEFAZ, DOE e TCE) consultas aos processos publicados ou concluídos, a administração pública do Estado do Piauí não elabora plano de aquisições estadual e não dispõe de um catálogo de produtos, assim como não utiliza a base de dados da NF-e para fins de pesquisa de mercado. Como consequência, verifica-se que algumas Secretarias compram unidades de água por 46% acima do preço de mercado e entre diferentes órgãos do Estado existem diferenças de até 51% nos preços das aquisições. Ainda, o tempo médio de uma licitação é de 1 ano, enquanto a Lei de Pregão 10.520 de 2004 estabeleça 60 dias.

A avaliação do desempenho, a supervisão e fiscalização dos serviços de aquisições e de todos os contratos (obras, bens, serviços e consultoria) são realizadas pelo fiscal de cada contrato ou por uma comissão devidamente designada.

O ***controle e a auditoria das aquisições*** *e contratações* são feitos pela Controladoria Geral do Estado, Procuradoria Geral do Estado e Controle Interno de cada órgão[[9]](#footnote-9) e Tribunal de Contas do Estado. A PGE emite parecer sobre todos os editais e a CGE também analisa os processos referentes às obras de engenharia. Depois de homologado, o Controle Interno da SEecretaria também analisa a legalidade do processo de licitação.

O desempenho da **Dimensão G5 - Gestão de Compras e Materiais** foi analisado pela apuração dos seguintes indicadores, a partir dos dados fornecidos pela SEFAZ.

|  |  |
| --- | --- |
| **1) Eficiência dos processos de aquisição (processos contratados):**  Valor contratado / valor orçado | **85%** |
| **2) Tempo médio de execução dos processos de aquisição por meio de pregão eletrônico na SEFAZ** | **60 dias** |
| **Tempo médio de execução dos processos de aquisição por meio de pregão eletrônico no Estado** | **365 dias** |

Os resultados apresentados mostram que o baixo desempenho alcançado nesta dimensão é explicado pelo atual modelo de gestão de compras preconizado no Piauí que não dispõe de uma política estadual de aquisições que orienta a elaboração dos planos anuais de compras e a institucionalização de mecanismos e instrumentos como catálogos de produtos e serviços e automação dos processos que fortaleçam a gestão e elevem o nível de economia nas compras públicas estaduais.

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão GF 6. Transparência e Cidadania Fiscal** | ***Iniciante (+)*** |

A dimensão **Transparência e Cidadania Fiscal** tem como visão de futuro “garantir ao cidadão o direito à transparência, mediante a disponibilização de informações sobre a origem e aplicação dos recursos públicos, e ao exercício da cidadania, mediante a fiscalização do gasto e da receita pública, para produção de obras e serviços de qualidade”.

A dimensão **Transparência e Cidadania Fiscal** contempla um conjunto de 7 processos críticos e seu nível de maturidade é ***Iniciante (+),*** de acordo com a apuração realizada pela MD GEFIS. Mesmo possuindo 1 processo com o nível mais elevado de maturidade (3) e outros 4 processos com um nível intermediário (2), esta dimensão não está apta a atingir um estágio de maturidade igual ou superior a *Iniciante (+).*

A dimensão possui 2 processos com o mais baixo nível de maturidade (0), ou seja, com um número muito pequeno das boas práticas apresentadas na MD GEFIS, quais sejam *Mecanismos de participação e controle social e Ouvidoria fazendária.*

Quatro (4) processos alcançaram o nível 2 de maturidade: *Acesso do público às informações essenciais, Relatórios fiscais, Canais de comunicação e participação social e Programa de incentivo de emissão de documentos fiscais eletrônicos.*

Apenas 1 processo alcançou o nível mais elevado de maturidade (3), *Formalização, sensibilização e capacitação em educação fiscal*.

Quanto ao ***acesso do público às informações essenciais***, após aprovação da Assembleia Legislativa, a SEPLAN publica em seu portal o conjunto completo dos documentos orçamentários. A SEFAZ disponibiliza e a CGE publica no Portal da Transparência os relatórios da execução orçamentária durante o exercício, enquanto o TCE, responsável pela auditoria externa disponibiliza as demonstrações financeiras de final de exercício, em até seis meses após a conclusão da auditoria. Todos os contratos são publicados no DOE que está disponível na internet e que publica informações relativas aos registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros e registros das despesas. As informações são obtidas pelo SIAFE e publicadas no Portal da Transparência.

Quanto aos ***relatórios da gestão fiscais***, estes contemplam todos os órgãos do Estado envolvidos em atividade fiscal e apresentam todos os saldos, ativos e passivos, e fluxos de receitas, despesas, financiamento e outros fluxos requeridos por um regime de competência, cumprindo as exigências formais e os prazos legais[[10]](#footnote-10) e utilizam a classificação estabelecida nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nas normas internacionais.

Para ***comunicação e utilização de mecanismos de participação e controle social*** dispõemo serviço eletrônico de Informação ao Cidadão (E-SIC) e realizam palestras em Escolas, Universidade para disseminação da Educação Fiscal.

O decreto nº 10.745, de 6 de março de 2002 instituiu o Programa de Educação Fiscal no Piauí e o Gefe (Grupo de Educação Fiscal) composto por representantes da SEFAZ, Secretaria de Educação (SEDUC) e conta com a parceria da Receita Federal, CGE, CGU e Prefeituras Municipais. As atividades de Educação Fiscal estão inseridas no âmbito do Plano Estadual de Educação como tema transversal e constam do currículo da UESP - Universidade Estadual do Piauí, na Disciplina de Pós-Graduação.

A gestão fazendária não possui uma ***Ouvidoria Fazendária*** e as reclamações, denúncias e sugestões dos contribuintes são recepcionadas por meio do Fale Conosco e, após realizadas as triagens, são encaminhadas para as áreas competentes. O Fale Conosco pode ser acessado pela página da SEFAZ e dispõe dos seguintes serviços: (i) Plantão Fiscal (Dúvidas sobre legislação); (ii) Nota Fiscal Piauiense (Informações, Denúncias, Sugestões, Críticas e Elogios), e (iii) Ouvidoria (Críticas, Sugestões, Elogios e Denúncias). Entretanto. A limitada efetividade da relação fisco-contribuinte da SEFAZ é explicada pelo baixo controle do canal de denúncias que não possui mecanismo para recebimento de feedback do cidadão após encaminhamento da resposta dada. No canal e-SIC o grau de satisfação do cidadão com respostas dadas pelo Estado mostra que, de 1.000 pedidos respondidos, apenas 10 tiveram avaliações feitas pelos cidadãos. Oito definiram o atendimento como 2 estrelas (péssimo) e duas definiram como 3 estrelas (razoável).

O programa de ***incentivo à emissão de documentos fiscais eletrônicos***, a Nota Piauiense é um programa de estimulo à cidadania fiscal no Estado do Piauí que tem por objetivo incitar os consumidores a exigirem a entrega do documento fiscal na hora da compra. Atualmente tem 189.588 usuários cadastrados no Sistema de Cadastro ao consumidor e as informações sobre o Nota Piauiense estão disponíveis no seu Portal, que é um site amigável e de fácil acesso, com consulta rápida aos créditos do consumidor, além de uma central de atendimento aos usuários. São realizadas auditorias independentes, mas não possuem trilhas de auditoria. Foram realizadas auditorias independentes nos 2 últimos sorteios.

O desempenho desta dimensão foi avaliado por meio dos seguintes indicadores:

|  |  |
| --- | --- |
| **1) Índice de Transparência e Cidadania Fiscal (ITCF):** coordenado pela Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), vinculada ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), cujo objetivo é definir critérios objetivos para mensurar a capacidade dos sítios dos fiscos estaduais de expor informações relevantes sobre receita e gasto públicos de modo compreensível para o cidadão | 25,78  Classificação D |
| **2) Índice de percepção das empresas e dos cidadãos sobre a integridade da administração fiscal** | ND |
| **3) Parcerias estratégicas do PEF:**  Municípios parceiros / Municípios do estado | 4,5% |
| **4) Tempo de resposta da Ouvidoria:**  Somatório de dias corridos gastos nas respostas enviadas/total de respostas enviadas | ND |

O ITCF é o principal indicador desta Dimensão, tendo sido apurado em pesquisa nacional realizada pela COGEF e publicado em junho de 2015. A pontuação obtida pelo estado do Piauí está abaixo da média nacional de 40,8 pontos, situando-o na categoria D, juntamente com outros 21 estados pesquisados.

Na relação fisco-contribuinte, a SEFAZ não utiliza instrumentos de pesquisas de avaliação junto às empresas e cidadãossobre a integridade da administração fiscal, o que limita a transparência e o incentivo à cidadania fiscal. Faz-se necessário responder às reclamações e denúncias da sociedade sobre os serviços prestados de maneira ordenada e pontual, haja vista que estas são feitas por meio de diversos canais que não trabalham de forma integrada. É necessário também estabelecer mecanismos para gerenciar a efetividade das ações.

|  |
| --- |
| **Síntese da Maturidade e do Desempenho da Gestão Fiscal do Estado do Piauí,**  **no Eixo I- Gestão Fazendária e Transparência Fiscal** |

No Estado do Piauí, a aplicação da MD GEFIS mostrou que, com exceção dos resultados obtidos na Dimensão GF 4. Gestão de TI, os resultados das demais 5 dimensões do Eixo 1- Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, foram semelhantes quanto ao nível de maturidade dos seus processos críticos, conforme apresentado no **Gráfico 1**, a seguir:

No **Gráfico 1**, os números de 1 a 6 correspondem respectivamente aos níveis de Maturidade: *Iniciante (-), Iniciante (+), Intermediário (-), Intermediário (+), Avançado (-)* e *Avançado (+)*.

O **Quadro 11**, a seguir apresenta uma síntese da Maturidade e do Desempenho da Gestão Fiscal do Estado do Piauí para o Eixo I- Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

**Quadro 11** – Síntese MD-GEFIS Eixo I- Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

| **DIMENSÕES** | **MATURIDADE** | **INDICADORES DE DESEMPENHO** | |
| --- | --- | --- | --- |
| **Desempenho (+)** | **Desempenho (-)** |
| GF 1. Governança Pública | Iniciante (+) | - | Execução do orçamento da gestão fiscal  = 90% |
| Execução do orçamento de custeio da gestão fiscal = 85% |
| Execução do orçamento de investimento da gestão fiscal = 15% |
| Cumprimento de metas  = 62% |
| GF 2. Gestão para Resultados | Iniciante (-) | - | Índice de Maturidade na Gestão para Resultados  = Iniciante (-) |
| GF 3. Gestão de Pessoas | Iniciante (-) | Avaliação de desempenho  = 77%- | Investimento em capacitação  = 0,68% |
| GF 4. Gestão da Tecnologia da Informação | Avançado (-) |  | Execução do orçamento de investimento de TI  = 94% |
| Eficiência na gestão do portfólio  = 16% |
| GF 5. Gestão de Aquisições e Materiais | Iniciante (+) | Tempo médio de execução dos processos de aquisição por meio de pregão eletrônico: 60 dias | Eficiência dos processos de aquisição = 85% |
| GF 6. Transparência e Cidadania Fiscal | Iniciante (-) | - | ITCF  = 37,06 |
| Parcerias estratégicas do PEF  = 4,5% |

## Eixo II. Administração Tributária e Contencioso Fiscal (AT)

O detalhamento do **Eixo 2 - Administração Tributária e Contencioso Fiscal** com as suas dimensões e quantidades de processos críticos, requisitos de melhores práticas e quantidade de indicadores por Dimensão constam do **Quadro 12** a seguir:

**Quadro 12**- Processos Críticos e Requisitos do Eixo II- Administração Tributária e Contencioso Fiscal

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Dimensão** | **Quantidade de Processos Críticos** | **Quantidade de Requisitos (melhores práticas)** |
| AT 1. Políticas e Gasto Tributário | 6 | 39 |
| AT 2. Cadastro e Obrigação Tributária | 9 | 75 |
| AT 3. Fiscalização e Inteligência Fiscal | 6 | 66 |
| AT 4. Contencioso Fiscal | 6 | 48 |
| AT 5. Serviços ao Contribuinte | 6 | 41 |
| AT 6. Cobrança e Arrecadação | 6 | 54 |
| **Total** | **39** | **323** |

A Maturidade de cada Dimensão está apresentada no **Quadro 13,** a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **DIMENSÕES** | **MATURIDADE** |
| **EIXO II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL (AT)** | |
| AT 1. Políticas e Gasto Tributário | Iniciante (+) |
| AT 2. Cadastro e Obrigação Tributária | Intermediário (-) |
| AT 3. Fiscalização e Inteligência Fiscal | Iniciante (+) |
| AT 4. Contencioso Fiscal | Iniciante (+) |
| AT 5. Serviços ao Contribuinte | Iniciante (+) |
| AT 6. Cobrança e Arrecadação | Intermediário (-) |

A aplicação da MD GEFIS no Estado do Piauí obteve resultados bem distintos nas 6 dimensões deste Eixo, conforme apresentado no **Gráfico 2**, a seguir:

As dimensões **AT 2. Cadastro e Obrigação Tributária e** **AT 6. Cobrança e Arrecadação** apresentou o maior nível de maturidade dentre as 6 dimensões pesquisadas, *Intermediário (-)*; seguido das dimensões **AT 1. Política e Gasto Tributário, AT 3. Fiscalização e Inteligência Fiscal, AT 4. Contencioso Fiscal** e **AT 4. Serviços ao Contribuinte** com o menor nível de maturidade dentre as dimensões pesquisadas, *Iniciante (+).*

A seguir, analisa-se o resultado de cada dimensão analisada.

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AT 1. Políticas e Gasto Tributário** | ***Iniciante (+)*** |

A dimensão **Políticas e Gasto Público** tem como visão de futuro “gerar informação para definição e avaliação de políticas fiscais e da receita tributária, inclusive quanto às *desonerações, ou seja, gasto tributário”.*

O nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que compõem esta dimensão, apurado pela MD GEFIS, é ***Iniciante (+).***

O baixo nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos críticos que compõem esta dimensão é decorrente da concentração de 5 dos 6 processos críticos com baixa maturidade (1), conforme apurado pela MD GEFIS: *Formulação e avaliação de políticas e normas fiscais na área tributária, Controle e apuração da brecha de política tributária do ICMS, Controle e apuração da brecha de política tributária do IPVA, Controle e apuração da brecha de política tributária do ITCMD* e *Consulta sobre interpretação da legislação tributária.*

Além desses, 1 processo crítico, *Apuração da brecha tributária de cumprimento administrativo*, apresenta nível de maturidade baixo (0), o qual influencia negativamente no estágio de maturidade obtido.

As evidências indicam que para a ***formulação e avaliação de políticas e normas fiscais na área tributária***, a SEFAZ identifica as demandas do CONFAZ, do Governo do Estado e de suas unidades internas, principalmente da Fiscalização. A Gerência de Informações e Estudos Fiscais controla os documentos fiscais e as informações dos contribuintes, mas não realiza análise dos dados, uma vez que a Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais, que será responsável por esta atividade, ainda está sendo estruturada. Não monitoram os impactos econômicos, apenas os resultados da arrecadação. As pesquisas periódicas para avaliação dos impactos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e dos DF-e não são realizadas, visto que apenas parte do SPED está implantado. Além disso, os dados da EFD ainda não são tratados, pois não dispõe de estrutura tecnológica e de negócio para usar a informação gerada pelo SPED. A Legislação e as Normas pertinentes estão atualizadas e publicadas no DOE e disponíveis na página da internet ([www.sefaz.pi.gov.br](http://www.sefaz.pi.gov.br)), apesar de o sistema de busca não ser considerado bom, “inteligente.

O ***controle e apuração da brecha de política tributária (gasto tributário) do ICMS.*** Um estudo realizado pelos técnicos da SEFAZ mostrou que o gap tributário do ICMS de 2009 e 2012 foi de 34% da arrecadação potencial e os benefícios fiscais representaram 17% da receita potencial média no mesmo período. Apesar de realizar alguns estudos, a SEFAZ não calcula a brecha tributária do ICMS de maneira sistemática. O SIAT – Módulo Benefícios Fiscais realiza o controle dos benefícios concedidos, fornecendo informações que subsidiam a s auditorias dos beneficiários e o módulo Anistia calcula o impacto das anistias e das remissões fiscais. Como o conjunto de benefícios fiscais no Piauí envolve isenções, redução de base de cálculo e créditos presumidos, o impacto dos subsídios não é calculado, assim como não é avaliado o retorno dos benefícios fiscais concedidos em relação aos resultados esperados.

Com relação ao ***controle e apuração da brecha de política tributária (gasto tributário) do IPVA***, a SEFAZ também não realiza nenhuma apuração da brecha. O controle dos benefícios concedidos é feito pelo SIAT que efetua o cálculo do impacto dos subsídios, como reduções da base tributária e das anistias fiscais. Não há subsídios para emplacamento de veículos.

O ***controle e apuração da brecha de política tributária (gasto tributário) do ITCMD*** não é feito pela SEFAZ que não trata o ITCMD como *gap* e sim como Cobrança. Também não possui uma política fiscal de desoneração do ITCMD**.**

A ***consulta sobre interpretação da legislação tributária*** pode ser feita pelo Fale Conosco e o Plantão presencial – ambos são informativos. A consulta que envolve interpretação da Legislação é viabilizada por meio de um processo físico formal e incide pagamento de taxa. O parecer emitido passa a ser a posição da SEFAZ com relação àquela matéria.

A ***apuração da brecha tributária (gap tributário) de cumprimento administrativo*** não é realizada, e apesar de ter dados para aferir o gap tributário do IPVA, não realiza a apuração sistematicamente.

O ***controle e apuração da brecha de política tributária (gasto tributário) do IPVA*** também é feito por meio do SIAT.

Não é aplicada nenhuma metodologia para ***apuração da brecha tributária (gap tributário) de cumprimento administrativo*** do ICMS, IPVA ou ITCMD. O sistema de malha fiscal está em desenvolvimento, o que dificulta sejam analisados os diferentes perfis e comportamentos do descumprimento legal.

Quanto ao desempenho desta dimensão, foram apurados os seguintes indicadores, a partir dos dados disponibilizados pela área responsável da SEFAZ:

|  |  |
| --- | --- |
| **1. Brecha de Arrecadação (*collection*):** diferença entre a arrecadação real e o valor total declarado ou lançado |  |
| ICMS: (Valor declarado - Valor arrecadado) / Valor declarado | ND |
| IPVA: (Valor lançado - Valor arrecadado) / Valor lançado | 29% |
| ITCMD: (Valor lançado - Valor arrecadado) / Valor lançado | 28% |
| **2. Brecha tributária por política (gasto tributário ou tax expenditure) (ICMS, IPVA e ITCMD)** |  |
| ICMS | 427.401.182,11 |
| IPVA | 55.564.741,09 |
| ITCMD | 1.825.900,43 |
| **3. Cumprimento dos prazos em processos de consulta**: Consultas respondidas (total e dentro do prazo legal) / Total de consultas recebidas | 30% |

As consultas feitas à SEFAZ por meio do Fale Conosco foram respondidas dentro do prazo legal. O Art. 1.554 do RICMS cita o prazo de 60 dias para fornecimento de resposta às consultas efetuadas, contudo, quando há diligências e pedidos de informações a Secretaria não tem nenhum controle.

Não há controle sobre o montante isentado, a previsão de isenção é sobre o produto e não sobre o contribuinte. O sistema de controle das operações por produto ainda não está em fase de operação, a forma diversa de discriminação do produto na nota fiscal por parte dos contribuintes dificulta a sua identificação, prejudicando o cálculo da renúncia.

|  |  |
| --- | --- |
| a**Dimensão AT 2. Cadastro e Obrigação Tributária** | ***Intermediário (-)*** |

A visão de futuro da dimensão **Cadastro e Obrigação Tributária** é “manter cadastros atualizados e segmentados por tipo de contribuinte e controlar o cumprimento das obrigações tributárias”.

O nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que compõem esta dimensão, apurado pela MD GEFIS, é ***Intermediário (-).***

Apesar de possuir 4 processos com o nível mais elevado de maturidade (3) e outros 2 processos com um nível intermediário (2), a dimensão **Cadastro e Obrigação Tributária** não está apta a atingir um estágio de maturidade igual ou superior a Intermediário (+), devido à presença de 1 processo crítico com o mais baixo nível de maturidade (0), ***Apuração do ITCMD.***

Dois (2) processos também adotam um número muito pequeno das boas práticas apresentadas na MD GEFIS e alcançam um baixo nível de maturidade (1): *Monitoramento dos contribuintes de médio porte* e *Aferição do ICMS apurado pelos contribuintes.*

Mais 2 processos apresentam um nível de maturidade 2 que também se mostraram insuficientes para a melhoria da maturidade da dimensão: *Cadastro dos contribuintes do ICMS* e *Monitoramento dos grandes contribuintes do ICMS.*

Ainda que 4 processos tenham alcançado o nível de maturidade mais elevado (3), este resultado não é suficiente para a melhoria da maturidade da dimensão e aponta para um indicador negativo: *Documentos Fiscais eletrônicos (DF-e), Monitoramento do regime simplificado, Cadastro e apuração do IPVA* e *Penalidades pelo descumprimento de obrigações acessórias.*

O ***cadastro dos contribuintes do ICMS*** está parcialmente integrado com a Junta Comercial, por meio da ferramenta Piauí Digital que fornece dados dos documentos de inscrição de primeiro estabelecimento. O Piauí Digital utiliza informações integradas dos órgãos de licenciamento relacionados à atividade do contribuinte e viabilizará no Estado, a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM). A REDESIM foi criada pela Lei Federal nº11.598 de 2007 e no Piauí, é regulamentada pelo Decreto Estadual nº16.053 de 2015, que institui o subcomitê gestor sob a coordenação da Junta Comercial. Atualmente, participam da REDESIM no Estado além da SEFAZ, a Receita Federal, Bombeiros, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Secretaria de Saúde (Vigilância Sanitária) e 60 prefeituras. O Piauí Digital já disponibiliza informações sobre responsáveis, sócios e contabilista para o público externo, dos contribuintes do Simples Nacional (diretamente da Receita Federal), do produtor rural Pessoa Jurídica e informações segmentadas dos contribuintes por porte, atividade econômica e por regime de tributação. Apesar dos avanços, qualquer alteração no cadastro deve ser feita presencialmente na SEFAZ e essas alteração são processadas manualmente por seus funcionários.

A SEFAZ dispõe de bases de dados dos seguintes **Documentos Fiscais eletrônicos (DF-e)** disponibilizadas na sua página que remete para a <https://sped.rfb.gov.br>:Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e), Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), Nota fiscal do Consumidor eletrônica (NFC-e), Nota Fiscal de Produtor rural (avulsa), Escrituração Fiscal digital (EFD), Escrituração Contábil digital (ECD), Nota fiscal do Micro Empreendedor Individual (MEI) e Nota fiscal avulsa eletrônica.

Para o ***monitoramento dos grandes contribuintes do ICMS,*** são definidos critérios de enquadramento como grande contribuinte e utilizado o monitoramento eletrônico com acesso aos DF-e emitidos. Também são utilizadas informações da arrecadação do ICMS, inclusive no comércio eletrônico, do faturamento da declaração do contribuinte e das bases de dados do DF-e e do controle do trânsito de mercadorias. O processo de importação de mercadorias é lento e o tempo médio de desembaraço é de pelo menos 10 dias na SEFAZ.

O ***monitoramento do regime simplificado (SIMPLES e SIMEI)*** ***para fins de enquadramento legal*** utiliza o monitoramento eletrônico dos DF-e emitidos, com apoio do SIAT, do BI e da utilização de malhas fiscais que controlam os limites de faturamento e de compras. Este processo controla automaticamente a entrega da declaração anual do SIMPLES e do SIMEI (DASN) por meio dos arquivos da Receita Federal e tem controle de conta corrente no SIAT. Entretanto, não são utilizadas informações sobre o volume total de arrecadação, inclusive no comércio eletrônico, nem de outras bases de dados relacionadas às despesas operacionais do contribuinte, como energia, combustível, telefonia, etc.

O ***cadastro e apuração do IPVA*** utiliza as informações d*e* cadastro do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (DETRANPI) em tempo real, com quem também controla as ocorrências de furtos e perdas de veículos. Para lançamento do IPVA, é utilizada a Tabela FIPE para consulta de preço de mercado dos veículos. Por outro lado, o procedimento de ***aferição do ICMS apurado pelos contribuintes*** não utiliza a base de dados do SPED para cálculo automático do imposto para os contribuintes do regime normal (Débito e Crédito) e nas operações de substituição tributária e antecipação cuja implantação que ainda se encontram em estudo pela SEFAZ.

Para ***aferição do ICMS apurado pelos contribuintes,*** a SEFAZdisponibiliza o Documento de Arrecadação Estadual (DAR) na página da SEFAZ e recebe as obrigações acessórias remanescentes pela Internet, baseadas no auto lançamento, com consistência em tempo real e controla automaticamente o cumprimento das obrigações acessórias remanescentes, ambos pelo SIAT. A utilização da base de dados do SPED para cálculo automático do imposto para os contribuintes do regime normal (Débito e Crédito) e nas operações de substituição tributária e antecipação estão em estudo para implantação na SEFAZ.

As ***penalidades pelo descumprimento de obrigações acessórias*** são aplicadas para todos os casos de não cumprimento, variáveis conforme a gravidade e a reincidência da falta, realiza a revisão dos benefícios fiscais concedidos, aplica regime especial de fiscalização, podendo até suspender a inscrição estadual, com denegação da NF-e e/ou cancelar a inscrição estadual.

Para apuração do ***ITCD/ITCMD,*** a declaração de transferência é disponibilizada por meio eletrônico, mas a entrega dos documentos é presencial. São disponibilizados na web, o termo de quitação do Imposto e utilizam, como referência, a tabela do ITBI e IPTU do município de Teresina. Não há integração com o Cartório.

O desempenho desta dimensão foi analisado pela apuração dos seguintes indicadores:

|  |  |
| --- | --- |
| **1. Situação cadastral** |  |
| ICMS: Quantidade de contribuintes ativos / Quantidade total de contribuintes no cadastro | 61% |
| ICMS: Quantidade de contribuintes bloqueados e suspensos / Quantidade total de contribuintes no cadastro | 22% |
| ICMS: Órgãos integrados no cadastro / Total de órgãos previstos para integração | 56% |
| **2.Cumprimento de obrigações acessórias** |  |
| Quantidade total de contribuintes ativos (debito/credito) com obrigação acessória cumprida / Quantidade total de contribuintes ativos (debito/credito) | 45% |
| Quantidade de contribuintes do ICMS omissos de declaração / Quantidade total de contribuintes do ICMS obrigados a declarar | 35% |

O indicador **Pontualidade das declarações do ICMS** não pode ser apurado uma vez que a SEFAZ não disponibilizou os dados referentes do valor das declarações entregues e as entregues fora do prazo, assim como também não foram informadas a quantidade de contribuintes obrigados a entregar EFD e a dos que entregaram fora do prazo.

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AT 3. Fiscalização e Inteligência Fiscal** | ***Iniciante* (+)** |

A visão de futuro da dimensão **Fiscalização e Inteligência Fiscal** é “planejar e executar a ação fiscal com base em análise de riscos fiscais e em indícios de irregularidades apurados em monitoramento e pesquisa fiscal”.

O nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que compõem esta dimensão, apurado pela MD GEFIS, é ***Iniciante (+).***

Este resultado é fortemente determinado por 3 dos 6 processos críticos que compõem esta dimensão que apresentam o mais baixo nível de maturidade (0) apurado pela MD GEFIS: *Controle do Trânsito de Mercadorias, Tratamento e cruzamento de dados das bases de DF-e* e *Inteligência fiscal.*

Outro processo contribui para uma leve melhoria do nível de maturidade desta dimensão (1), ainda que mantido o nível de ***Iniciante (+),*** *Funcionalidades da ferramenta de controle do trânsito de mercadorias.*

Finalmente, 2 processos apresentam um nível de maturidade mediano (2) e ainda assim insuficiente para a melhoria da maturidade da dimensão,*Auditoria fiscal do ICMS,* e *Malha fiscal do ICMS.*

A maturidade desses processos foi confirmada pelas evidências coletadas junto às áreas responsáveis. Com relação ao processo ***auditoria fiscal do ICMS***, foi constatado que apesar de não planejar sua atuação com base no potencial de arrecadação que inclui a apuração da brecha tributária, os Relatórios de Business Inteligence fornecem indícios para o monitoramento eletrônico dos contribuintes de grande e médio portes, do SIMPLES e do MEI.[[11]](#footnote-11) Também são utilizadas informações de bases de dados externas, amparada pela Lei 4.257/89[[12]](#footnote-12), (art 55, inciso IV). A seleção dos contribuintes é feita com base em indícios detectados em mineração e cruzamento de dados, como Tabela dinâmica, e utiliza o processo fiscal automatizado, disponível no SIAT, no módulo SIPAF (Sistema de Processo Fiscal).[[13]](#footnote-13).

Quanto aos ***procedimentos da malha fiscal***, o plano de cruzamento de dados é definido considerando as bases internas e externas, como cartão de crédito e débito e práticas de irregularidades tributárias. As notificações para regularização de pendências são emitidas pelo sistema, mas os indícios para o lançamento de auditoria fiscal[[14]](#footnote-14) são remetidos para a auditoria por meio de planilha Excel (Dossiê). Não há atrelamento com a auditoria que, inclusive, poderá encontrar outros indícios e também não há retorno com a medição da eficácia da informação fornecida. Considerando solamente 346 empresas fiscalizadas, consideradas como grandes contribuyentes, se estima que el porcentaje de evasión llega a aproximadamente a 21% al año, en promedio para los últimos 4 años.

As ***funcionalidades da ferramenta de controle do trânsito de mercadorias*** mantêm cadastro de usuários e autenticação no SIAT (Sitran - Sistema de Controle de Trânsito - passes fiscais, cobranças, implantações de cálculo e relatórios), parametrização da aplicação. Nos postos fiscais, o agente fiscalizador pode registrar a passagem dos documentos fiscais eletrônicos.

A ***inteligência fiscal, para combate às fraudes fiscais*** está atuando por demanda. O grupo GRINCOT (Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes contra a Ordem Tributária) é recém-formado e é constituído pela Polícia Civil, PGE. Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça. A Inteligência Fiscal irá trabalhar com a missão de apurar os crimes. Em 2017, foi realizada uma ação de combate à fraude estruturada e encontra-se em fase de desdobramento. A estrutura da IF foi recentemente implantada e seu aperfeiçoamento está previsto em produto do PROFISCO II.

O nível de maturidade alcançado na **Dimensão AT 3 Fiscalização e Inteligência**, ***Iniciante* (+)** é explicado pela deficiência no planejamento, execução e avaliação das ações de fiscalização, inteligência fiscal e auditoria que não utilizam ferramentas automatizadas e integradas para a seleção de contribuintes. Se consideramos 346 empresas fiscalizadas (grandes contribuintes), estima-se que o percentual de evasão chega a aproximadamente 21% ao ano (média dos últimos 4 anos). Alguns postos fiscais de controle de mercadoria que não contam com sistemas, equipamentos e mão de obra adequados e a auditoria fiscal está precariamente automatizada. A Inteligência Fiscal também precisa estar preparada para atuar em rede com sistema integrado, que permita um fluxo permanente de dados e conhecimentos no âmbito do estado e de todas as administrações tributárias.

Os indicadores de Desempenho selecionados pela MD-GEFIS para esta Dimensão foram parcialmente disponibilizados.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Cobertura da auditoria fiscal** |  | **Observações** |
| **Grande porte**: Quantidade de auditorias realizadas / Quantidade total de contribuintes ativos do cadastro | 3,20% | Média de contribuintes de grande porte nos últimos 5 anos = 2.588 |
| **Médio porte**: Quantidade de auditorias realizadas / Quantidade total de contribuintes ativos do cadastro | 0,44% | Média de contribuintes de grande porte nos últimos 5 anos = 23.798 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AT 4. Contencioso Fiscal** | ***Iniciante* (+)** |

A visão de futuro da dimensão **Contencioso Fiscal** é “analisar as impugnações e recursos fiscais dos processos tributários com base em critérios objetivos e transparentes, julgar de acordo com a legislação de forma criteriosa e imparcial e executar a cobrança da dívida ativa com base no perfil do devedor”.

O nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que compõem esta dimensão, apurado pela MD GEFIS, é ***Iniciante (+).***

A baixa maturidade (0) de 3 entre os 6 processos críticos que integram esta dimensão constituem os principais responsáveis pelo resultado apurado pela MD GEFIS nesta dimensão.***Gestão do contencioso administrativo fiscal, Processo administrativo fiscal eletrônico e Inscrição*** e ***cobrança da dívida ativa.***

Também 2 outros processos corroboram para a posição de ***Iniciante (+)*** desta dimensão, por adotarem poucas das boas práticas dispostas na MD GEFIS (1).***Procedimentos do contencioso administrativo fiscal*** e ***Recuperação da dívida ativa.***

Mesmo tendo 1 processo apresentado um desempenho mediano (2), este resultado não se mostrou suficiente para alcançar níveis de maturidade igual ou superior a ***Iniciante (+).*** ***Contencioso judicial.***

O ***contencioso judicial*** acompanha a tramitação e julgamento em tribunais superiores, com a participação da PGE-PI na Câmara Técnica das Procuradorias Estaduais, no Distrito Federal. Elabora pareceres e orienta a atuação da fiscalização e do contencioso administrativo, evitando sucumbência, com participação, sem direito a voto, nos julgamentos administrativos de 2ª Instância (Lei 949/17).

Os ***procedimentos do contencioso do administrativo fiscal*** acompanham e controlam automaticamente a observância dos prazos processuais e regimentais, adotam critérios objetivos e transparentes para tramitação e admissibilidade de recursos especiais e contam com defesa oral da Procuradoria em matérias relevantes.

A ***recuperação da dívida ativa*** encaminha automaticamente débitos de menor valor para protesto extrajudicial das Certidões da Dívida Ativa (CDA), com repercussão nas empresas que registram pessoas físicas e jurídicas com crédito negativado no Brasil (SERASA) e aplica medidas de cautelar fiscal e solicita penhora de bens, inclusive de faturamento, para garantir os créditos tributários. A recuperação da dívida ativa no Estado ainda é pouco expressiva, haja vista que em 2015, foi de apenas 0.85%.

Os indicadores de Desempenho selecionados pela MD-GEFIS para esta Dimensão foram parcialmente disponibilizados:

|  |  |
| --- | --- |
| **1. Julgamento em 1a instância** |  |
| Quantidade de processos julgados em 1a instância/  (Estoque inicial + ingressos no exercício) | 87% |
| **2. Julgamento em 2a instância** |  |
| Quantidade de processos julgados em 2a instância/(Estoque inicial + ingressos no exercício) | 19% |

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AT 5. Serviços ao Contribuinte** | ***Iniciante* (+)** |

A dimensão **Serviços ao Contribuinte** tem como visão de futuro “oferecer serviços presenciais e virtuais acessíveis e resolutivos e priorizar o relacionamento fisco-contribuinte”.

Nesta dimensão, o nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que a compõem esta dimensão, conforme apurado pela MD GEFIS, é ***Iniciante (+).***

Este resultado recebe forte influência da baixa maturidade (0) de 2 dentre os 6 processos analisados, ou seja, que adotam um número muito pequeno das boas práticas da MD GEFIS:***Relacionamento fisco-contribuinte e Estrutura dos serviços de atendimento ao contribuinte.***

Outros 2 processos críticos também influenciam o resultado alcançado devido ao baixo nível de maturidade (1): ***Serviço de atendimento presencial*** e ***Serviço de atendimento virtual.***

Finalmente, vale destacar que mesmo com 2 processos críticos, ***Direcionamento estratégico dos serviços ao contribuinte e*** ***Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e)***com um nível de maturidade mediana (2) não foram suficientes para alcançar um nível mãos elevado, pois estão limitados pelos resultados dos processos que adotam um número pequeno de boas práticas nesta dimensão.

O ***Direcionamento estratégico*** do serviço de Atendimento está alinhado à missão, visão, e objetivos da SEFAZ/PI e do Governo do Estado que, com a implantação do Piauí Digital, programa do Governo Estadual que prioriza o autoatendimento, permitirá a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas de forma integrada e descentralizada, em todo o estado, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário. Atualmente, a SEFAZ, oferece serviços em diferentes plataformas, (web, app, chat, equipamentos de autoatendimento) e oferece serviços integralmente automatizados, como IPVA, Débitos ao Contribuinte, Certidão Negativa, Alteração de Cadastro, entre outros, que podem ser acessados pela web.

A plataforma do ***Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e)[[15]](#footnote-15)*** foi instituído pela Lei 6.153/2011, regulamentado por meio do Decreto nº 14.797/2012, disponibiliza acesso único ao usuário externo no ambiente virtual com utilização de certificado digital, assim como acesso ao contribuinte de suas informações e o extrato consolidado de débitos para o contribuinte e emite notificações eletrônicas, intimação, edital, recibos de declarações, alertas de omissão de documentos ou declarações, débitos vencidos e ainda possibilita ao contribuinte, em alguns casos, apresentar resposta a mensagens enviadas. O credenciamento no Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e ocorre concomitantemente com o credenciamento na e-AGEAT (Agência virtual), ambos únicos por pessoa jurídica e válidos para todos os estabelecimentos com o mesmo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O ***serviço de atendimento virtual***, realizado pela SIATWeb e pela Agência Virtual de Atendimento – e-AGEAT que se encontra em implantação. A e-AGEAT é um sistema desenvolvido por uma empresa contratada e gradativamente está absorvendo os serviços do SIATWeb. Acessado por meio do <http://webas.sefaz.pi.gov.br/eageat>, a e-AGEAT é um ambiente eletrônico que permite navegação e acesso amigável e onde encontram-se disponibilizados diversos serviços ao contribuinte com ambiente seguro, inclusive com certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela ICP-Brasil, conferindo maior segurança ao contribuinte e ao Fisco e uso do Domicílio Tributário eletrônico (DTe). Entretanto, não possui indicadores de resultados nem possibilita avaliação dos serviços ofertados. Contudo, ainda não disponibiliza mecanismos de busca consistentes, com lista dos serviços oferecidos e prazos para atendimento, não oferece cobertura integral do processo (da petição até a resolução do problema - transação completa *on line*) e só permite o acompanhamento das etapas do processo, não as pendências. Dos 50 serviços de atendimento da Administração tributária, 33 estão disponíveis na web.

O ***serviço de atendimento presencial ao contribuinte*** é realizado por meio das Gerências Regionais de Atendimento (10) distribuídas na capital e no interior do Estado. As equipes lotadas nas Agências da Capital têm melhor qualificação do as do interior que têm menos oportunidades de capacitação. Não possui indicadores de resultados para os serviços ofertados nem disponibiliza mecanismos de avaliação do contribuinte sobre a qualidade dos serviços prestados. Nem todas as agências são preparadas para acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, e 12 das 39 Agências têm controle de prioridades, por meio do Sistema SGA (Sistema de controle eletrônico de atendimento preferencial). Como apoio de retaguarda, utiliza a base de conhecimento eletrônica das áreas finalísticas para a resolução ágil das demandas por meio do SIAT. Estabelece parceiras com centrais de atendimento ao cidadão, como Prefeituras da capital e do interior e órgãos dos Governos Estadual e Federal.

Com relação ao ***relacionamento fisco-contribuinte***, o serviço de atendimento da SEFAZ disponibiliza o mecanismo “Fale conosco”, com controle de respostas e também com espaço para Denúncias, pois o serviço de ouvidoria da SEFAZ é só via web, já que o órgão institucionalizado é a Ouvidoria geral. A consulta a legislação pode ser realizada por meio eletrônico, mas o dispositivo de busca não é consistente. Não são realizadas pesquisas para avaliação da qualidade das normas editadas nem pela facilidade de acesso e qualidade dos serviços prestados.

O nível de desempenho desta Dimensão não pode ser apurado em razão da falta de base dados para composição dos indicadores, o que explica o nível de maturidade alcançado, ***Iniciante +.***

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AT 6. Cobrança e Arrecadação** | ***Intermediário* (-)** |

A dimensão **Cobrança e Arrecadação** tem como visão de futuro “controlar a arrecadação e a restituição com base em informações digitais e efetuar a cobrança do crédito lançado e parcelado com base no perfil do devedor”.

Nesta dimensão, o nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que a compõem esta dimensão, conforme apurado pela MD GEFIS, é ***Intermediário (-).***

Apenas 1 processo apresenta o nível mais elevado de maturidade (3), e influencia positivamente o nível de maturidade alcançado: *Certidão de débito tributário****.***

Outros 2 processos contribuem para a melhoria da maturidade ao apresentar uma maturidade mediana (2): *Arrecadação tributária* e *Penalidades na recuperação do crédito.*

Por fim, 3 processos limitam o alcance do mais alto nível de maturidade da MD GEFIS, por apresentar um nível mais baixo de maturidade (1). *Restituição e compensação tributária, Recuperação do crédito tributário e Parcelamento do crédito tributário.*

O processo crítico ***Certidão de débito tributário*** abrange as informações relativas a todos os tributos estaduais e integra as informações dos processos inscritos em dívida ativa e disponibiliza para o contribuinte todos os débitos pendentes de regularização, gerando informação para suspensão de benefícios fiscais assim como a sua situação na data de efetivação do pagamento. A certidão é disponibilizada na Internet, em tempo real, com prazo de validade e código de verificação e assegura o sigilo fiscal.

Para a ***Arrecadação tributária*** é adotado documento único (exceto SIMPLES, SIMEI e GNRE), porém os pagamentos da fiscalização itinerante não são processados em rede bancária em tempo real, apenas após o depósito do valor e a digitação dos documentos no SIAT. O serviço de pagamento na internet (da identificação e da quitação) é disponibilizado na internet , uma vez que o contribuinte tem acesso na web do valor dos débitos em cobrança. A arrecadação é disponibilizada em tempo real, exceto dos impostos atrasados.

A progressividade de ***penalidades na recuperação do crédito*** aplica agravamento de multas, utiliza perda de regimes especiais, suspende benefícios fiscais, impede a participação em licitações públicas estaduais, suspende o recebimento de pagamentos do estado, notifica e efetua arrolamento de bens. O Estado celebrou convênio ao SERASA, cadastro de inadimplentes de empresas de informação creditícia, para que todos os devedores sejam penalizados e tenham o nome inscritos no cadastro de negativação de crédito. O SERASA exige a apresentação de título executivo emitido pela Dívida ativa (CDA) da PGE que também propõe penhora de valores em conta corrente, imóveis e outros bens, quando for o caso. O processo de progressão da penalidade, notifica e apresenta denúncia crime ao ministério público estadual. Em 2009, foi sancionada e aprovada a [Lei Ordinária Nº 5.859 de 01/07/2009](http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/detalhe/14394) instituiu o CAGIN - Cadastro Geral de Inadimplentes, cujo objetivo é impedir as empresas que desobedecerem a contratos ou não pagarem tributos ao Governo Estadual de contratar ou de receber pagamento até a regularização das pendências. O CAGIN, contudo, ainda não se encontra em uso, pois falta a sua regulamentação.

A ***recuperação do crédito tributário*** funciona na seguinte estrutura organizacional para recuperação do crédito: Gerência de Controle da Arrecadação – GECAD, subordinada à Unidade de Administração Tributária – UNATRI, que possui a atribuição de controle dos processos e realização da cobrança administrativa. As informações sobre todos os débitos dos contribuintes são integradas e atualizadas e a dívida é segmentada por exercício, priorizando a cobrança de dívidas recentes. Atualmente, são utilizadas as seguintes estratégias para recuperação do crédito: (1) notificação da inadimplência; (2) cobrança telefônica apenas auto de infração; (3) lançamento e notificação do auto de infração, com intimação para informações; (4) notificação e arrolamento de bens (PGE) ; (5) notificação e inscrição no SERASA (apenas da Dívida Ativa) (6) notificação e suspensão de benefícios fiscais; (7) notificação e inscrição na dívida ativa; (8) notificação e denúncia de notícia crime ao ministério público. A cobrança qualificada de grandes devedores e a cobrança estruturada de contribuintes de médio risco é controlada por meio da malha e dispõe de base única que integra todas as atuais fontes cadastrais e torna-se a principal fonte de informação cadastral; de base atualizada constantemente em todos os pontos de contato com o contribuinte; e de Interface familiar ao que já é utilizado hoje pelos usuários e personalizável as suas necessidades de uso. Para recuperação do crédito utiliza critérios progressivos de penalidades, como descontos no valor da multa para desestimular o contencioso.

O processo de ***restituição e compensação tributária*** é manual, mas permite o acompanhamento eletrônico do processo e dos prazos legais e processa a restituição por meio de crédito em contas bancárias.

No processo crítico ***parcelamento do crédito tributário*** são controladas automaticamente, pelo SIAT as regras de vencimento integral da dívida pela interrupção de pagamento e os vencimentos das parcelas com emissão de certidão positiva nas ausências de pagamento. Também é emitido aviso automático em caso de atrasos por meio do DTe, e em caso de não regularização, encaminha para inscrição na dívida ativa.

Os indicadores de Desempenho selecionados pela MD-GEFIS para esta Dimensão não foram disponibilizados.

|  |
| --- |
| **Síntese da Maturidade e do Desempenho da Gestão Fiscal do Estado do Piauí,**  **no Eixo II- Administração Tributária e Contencioso Fiscal** |

A apuração da Maturidade dos Processos das 6 Dimensões que compõem o Eixo II da gestão fiscal, qual seja, Administração Tributária e Contencioso Fiscal, obteve resultados bem distintos, conforme apresentado no **Gráfico 2.**

**Gráfico 2:** Maturidade das Dimensões do Eixo II- Administração Tributária e Contencioso Fiscal

No **Gráfico 2**, os números de 1 a 6 correspondem respectivamente aos níveis de Maturidade: *Iniciante (-), Iniciante (+), Intermediário (-), Intermediário (+), Avançado (-)* e *Avançado (+)*.

O **Quadro 14**, a seguir apresenta uma síntese da Maturidade e do Desempenho da Gestão Fiscal do Estado do Piauí para o Eixo II- Administração Tributária e Contencioso Fiscal.

**Quadro 14** – Síntese MD-GEFIS Eixo II- Administração Tributária e Contencioso Fiscal

| **DIMENSÕES** | **MATURIDADE** | **INDICADORES** | |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **Desempenho (-)** |
| AT 1. Políticas e Gasto Tributário | INICIANTE (+) | **Brecha de Arrecadação (Collection)**  ICMS = -ND  IPVA =29%  ITCMD = 28% |
| **Brecha tributária por política**  ICMS = -427.401.182,11  IPVA =55.564.741,09  ITCMD = 1.825.900,43 |
| **Cumprimento dos prazos em processos de consulta:** 30% |
| AT 2. Cadastro e Obrigação Tributária | INTERMEDIÁRIO (-) | **Situação cadastral**  Ativos = 61%  Bloqueados = 22%  Órgãos integrados = 56%  **Cumprimento Obrig. Acessórias** = 45%  **Contribuintes Omissos** = 35% |
| AT 3. Fiscalização e Inteligência Fiscal | INICIANTE (+) | **Cobertura Auditoria Fiscal**  Grande Porte **=** 3,20%  Médio Porte = 0,44% |
| AT 4. Contencioso Fiscal | INICIANTE (+) | **Julgamento em 1a instância**  87% processos julgados |
| **Julgamento em 2a instância**  19% processos julgados |
| AT 5. Serviços ao Contribuinte | INICIANTE (+) | ND |
| AT 6. Cobrança e Arrecadação | INTERMEDIÁRIO (-) | ND |

## Eixo III. Administração Financeira e Gasto Público (AF)

O detalhamento do **Eixo III- Administração Financeira e Gasto Público** com as suas Dimensões e quantidades de Processos críticos e Requisitos de melhores práticas constam da **Quadro 15**, a seguir:

**Quadro 15** - Processos Críticos e Requisitos do Eixo II- Administração Tributária e Contencioso Fiscal

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Dimensão** | **Quantidade de Processos críticos** | **Quantidade de Requisitos (melhores práticas)** |
| AF 1. Planejamento e Execução Orçamentária | 7 | 54 |
| AF 2. Políticas, Programação e Execução Financeira | 6 | 44 |
| AF 3. Gestão de Ativos e Passivos | 7 | 50 |
| AF 4. Gestão Contábil | 12 | 100 |
| AF 5. Gestão da Dívida Pública | 5 | 34 |
| AF 6. Gestão de Custos e Gastos Públicos | 14 | 107 |
| **Total** | **51** | **389** |

A Maturidade de cada Dimensão está apresentada no **Quadro 16,** a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **EIXOS E DIMENSÕES** | **MATURIDADE** |
| **EIXO III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO (AF)** | |
| AF 1. Planejamento e Execução Orçamentária | Iniciante (-) |
| AF 2. Políticas, Programação e Execução Financeira | Iniciante (+) |
| AF 3. Gestão de Ativos e Passivos | Iniciante (+) |
| AF 4. Gestão Contábil | Intermediário (+) |
| AF 5. Gestão da Dívida Pública | Iniciante (-) |
| AF 6. Gestão de Custos e Gastos Públicos | Iniciante (-) |

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AF 1. Planejamento e Execução Orçamentária** | ***Iniciante (-)*** |

A visão de futuro da dimensão **Planejamento e Execução Orçamentária** é “*planejar as ações governamentais e executar o orçamento de forma ordenada e previsível, com base em cenários macroeconômicos realistas, suportado por dispositivos de controle dos recursos públicos*”.

Nesta dimensão, o nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que a compõem esta dimensão, conforme apurado pela MD GEFIS, é ***Iniciante (-).***

Este resultado decorre principalmente pela baixa maturidade (0) de 5 dentre os 7 processos analisados, ou seja, processos críticos que adotam um número reduzido das boas práticas da MD GEFIS: ***Gestão dos investimentos públicos estaduais, Previsões fiscais, Formulação de metas fiscais, Gestão de riscos fiscais e***. ***e Práticas orçamentárias.***

Apenas 2 processos apresentam nível de maturidade mais elevado, embora baixo (1), porém se mostram insuficientes para alcançar o nível positivo: ***Planejamento da administração pública estadual e Planejamento de médio e longo prazo da área fiscal.***

Para o ***Planejamento da administração pública estadual,*** o Estado do Piauí instituiu por meio da Lei Complementar N° 87, de 22 de agosto de 2007, o Planejamento Participativo Territorial com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento, que ainda não está plenamente consolidada. A Lei 6751 de 29 de dezembro de 2015 que instituiu o PPA 2016-2019, instrumento do planejamento governamental, orienta as ações de governo e estabelece, de forma territorializada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública estadual, de forma participativa e sustentável e vincula seus programas, projetos, iniciativas e/ou ações ao orçamento anual. Dispõe de sistema integrado de planejamento e execução orçamentária e financeira, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Piauí– SIAFI, porém as revisões do PPA, serão “propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei, sempre que necessário”. [[16]](#footnote-16).

O ***planejamento de médio e longo prazo da área fiscal*** oferece as informações setoriais para subsidiar a elaboração do plano plurianual por meio da realização de oficinas realizadas em todo o Estado e há vinculação de seus programas, projetos, iniciativas e/ou ações ao orçamento anual. A diferença média entre o orçamento planejado e o orçamento executado foi de 13% entre 2012-16, enquanto o padrão internacional definido no PEFA recomenda um máximo de 5%.

A ***gestão dos investimentos públicos estaduais*** não dispõe de banco de projetos, porém encontra-se em implantação um sistema informatizado de gestão e otimização da liquidez que indica as melhores carteiras de investimento[[17]](#footnote-17) . Os procedimentos das distintas etapas do ciclo de investimento, particularmente a de pré-investimento, não existem, estão desatualizadas e/ou não se aliam com as melhores práticas, acarretando deficiência na gestão de investimento público. Entre 2013-17 ocorreram em custos superiores a 8% e atrasos na execução dos projetos de aproximadamente 400% do tempo contratualmente estipulado.

Para as ***previsões fiscais*** a não são contemplados distintos cenários e atualizam as estimativas anuais de receitas e despesas sem realizar estudos para justificar as diferenças. As previsões fiscais são realizadas são repassadas pela SEFAZ, sem a participação da SEPLAN.

As ***práticas orçamentárias*** possibilitam a participação formal da cidadania por meio de Audiências Públicas com a sociedade civil e com Assembleia Legislativa apenas para aprovação dos resultados fiscais. Realizam ajustes nas alocações orçamentárias do exercício fiscal em curso mais de duas vezes ao ano e estabelecem procedimentos e limites para as dotações orçamentárias adicionais, verificando a disponibilidade de recursos para a abertura de crédito. A Lei 4.320/64 determina, nos arts. 42 e 43, que os créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto do poder executivo, dependendo de prévia autorização legislativa, necessitando da existência de recursos disponíveis e precedida de exposição justificada. Em 2016 foram realizadas 5.353 suplementações orçamentárias equivalentes a R$ 5,1 bilhões, que representa 56% do orçamento inicialmente aprovado,

|  |  |
| --- | --- |
| **1) Avaliação da previsão de Receita:**  Valor total da receita realizada / valor total da receita estimada no orçamento original (exclui as transferências) | 1 |
| **2) Índice de realização da despesa:** |  |
| Despesa permanente (Pessoal + Outras Despesas Correntes + Serviço da Dívida (Juros e encargos+ amortizações))/Receita corrente líquida | 1,09 |
| Valor total da despesa executada / valor total da despesa aprovada no orçamento original (exclui o pagamento de serviço da dívida) | 1,06 |
| **3) Financiamento dos investimentos** |  |
| **Capacidade de Poupar**: ((RCL- Pessoal -Outras Despesas Correntes- Serviço da Dívida) / RCL) \* 100 | -8,68 |
| **Operações de crédito e transferências**: Valor das receitas de operações de crédito + receitas de transferências de capital / valor total das receitas de capital | 0,75 |
| **Resultado Fiscal**: Receita Total Disponível (RTD) - Despesa Total Líquida (DTL) / RTD | 0.89 |
| **Alterações orçamentárias**: Valor total das dotações orçamentárias adicionais (suplementar, especial e extraordinária) / Valor do orçamento original aprovado | 14 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AF 2. Políticas, Programação e Execução Financeira** | ***Iniciante (+)*** |

A visão de futuro da dimensão **Políticas, Programação e Execução Financeira** é “*definir e avaliar políticas e executar os recursos financeiros com foco na eficiência*”.

Nesta dimensão, o nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que a compõem esta dimensão, conforme apurado pela MD GEFIS, é ***Iniciante (+).***

A baixa maturidade (0) de 2 dos 6 processos analisados, ou seja, processos críticos que adotam um número bastante reduzido das boas práticas da MD GEFIS limitam o alcance de um nível de maturidade mais elevado da MD GEFIS:***Formulação e avaliação de políticas fiscais na área financeira*** e ***Monitoramento do atraso no pagamento de despesas.***

A baixa maturidade da dimensão também é influenciada pelo baixo nível de maturidade (1) de 1 processo***. Programação financeira consolidada.***

Por fim, outros 3 processos contribuem para a melhoria da maturidade da dimensão (+), ainda que mantido o nível **Iniciante**, ao apresentar uma maturidade mediana (2). ***Receitas de transferências, Despesas de transferências*** e ***Gestão dos recursos financeiros: fluxo de caixa.***

O processo crítico ***Receitas de transferências*** efetua projeções de valores a receber com atualização periódica de cenários, projeção dos fluxos de entrada e promove os ajustes conforme variação dos cenários analisados. O acompanhamento dos valores recebidos é realizado por meio do SIAFE e ao identificar problemas nas metodologias de projeção, efetua a correção. Também realiza o acompanhamento das propostas de alteração normativa e avalia os impactos dessas alterações

Quanto às ***despesas de transferências*** define normas sobre os critérios de distribuição e periodicidade, que permitem a previsibilidade e a verificação entre as estimativas e os valores efetivamente realizados que obedecem à norma legais e Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, publicadas no DOE. Apura e divulga os índices de participação dos entes e acompanha a análise dos questionamentos realizados. Disponibiliza informações tempestivas sobre os valores efetivamente repassados e garante a pontualidade nos repasses de transferências aos municípios.

A ***Gestão dos recursos financeiros: fluxo de caixa*** é realizado com apoio de planilhas para controle diário dos valores arrecadados, atualização e limite do montante a ser liberado de acordo com o efetivo ingresso dos recursos no caixa do Tesouro. As vinculações constitucionais e legais das receitas arrecadadas, bem como os respectivos prazos legais de repasse dos recursos são controladas automaticamente pelo SIAFE, as transações são efetuadas por instituição bancária e todas as receitas tributárias são depositadas direta e automaticamente nas contas do Tesouro. Controla toda a movimentação financeira, de forma consolidada e unificada, da administração direta e indireta, inclusive os fundos e investe os saldos credores disponíveis do governo.

Para ***elaboração da programação financeira consolidada,*** o Tesouro considera a demanda apresentada pelos órgãos, secretarias e entidade. O cronograma mensal de desembolso que é encaminhado para publicação e para o TCE/PI, não reflete, necessariamente, a realidade de desembolso. A Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), relativa ao período de 2016 realocada para 2017 atinge a casa de 737 milhões, o que corresponde a 10% da RCL (R$7,4 bilhões). Recentemente, a SEFAZ iniciou um processo de elaboração da programação financeira, considerando a necessidade real dos órgãos do Estado. Disponibiliza mensalmente a programação financeira para as unidades executoras, sem considerar a variação de fluxo de entradas e saídas reais de caixa.

Os indicadores de Desempenho selecionados pela MD-GEFIS para esta Dimensão foram parcialmente disponibilizados e são:

|  |  |
| --- | --- |
| **1) Equilíbrio na execução orçamentária-financeira:**  Valor total da despesa executada / valor total da receita realizada | 0,98 |
| **2) Participação da despesa extra-orçamentária:**  Valor total da despesa extra-orçamentária executada / valor total da despesa executada | 0,34 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AF 3. Gestão de Ativos e Passivos** | ***Iniciante (+)*** |

A visão de futuro da dimensão **Gestão de Ativos e Passivos** é “executar a gestão dos ativos e passivos com base em análise de custo-benefício e de riscos fiscais”.

Nesta dimensão, o nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que a compõem, conforme apurado pela MD GEFIS, é ***Iniciante (-).***

A predominância de processos críticos (3 dos 7 processos) que apresentam baixa maturidade (0) é determinante para o resultado desta dimensão. ***Gestão de haveres mobiliários estaduais, Gestão de passivos contingentes estaduais*** e ***Gestão de Parcerias Público Privadas (PPP).***

Outros 2 processos também estão com estágio de maturidade baixo (1) e confirmam a posição de Iniciante. ***Gestão de haveres financeiros estaduais*** e ***Gestão de fundos estaduais.***

Vale destacar que 2 processos contribuem para a melhoria da maturidade da dimensão (+), ainda que mantido o nível de Iniciante, ao apresentar uma maturidade mediana (2), ***Gestão de obrigações estaduais*** e ***Gestão de precatórios estaduais***.

O processo ***Gestão de obrigações estaduais*** determina o registro e monitoramento das obrigações por natureza, valor e responsável e efetua previsões e acompanhamento dos fluxos de despesa, por obrigações, controlando os desembolsos financeiros e atualizando as previsões. Coordena a operacionalização dos pagamentos programados e contabiliza os saldos de débito de exercício anterior e restos a pagar em sistema de registro

***A Gestão de precatórios estaduais*** efetua previsão do montante dos valores devidos, elabora previsão de fluxo de despesa necessário para cumprimento das obrigações legalmente estabelecidas para o exercício e provisiona os valores, controla e efetua o registro contábil da sua utilização em transações, dos pagamentos e controla, atualiza e contabiliza os saldos por precatório e montante global.

A ***gestão de haveres financeiros estaduais*** é executada pela Superintendência do Tesouro que controla e monitora os créditos detidos pelas entidades públicas estaduais extintas e/ou dissolvidas transferidos ao Tesouro Estadual e as operações realizadas entre o estado e as entidades públicas.

A ***gestão de fundos estaduais*** controlados pelo Tesouro a partir de 2017 iniciará o registro e monitoramento dos contratos e convênios celebrados com os fundos, porém controla os desembolsos financeiros e atualiza as previsões, assim como contabiliza os saldos e pagamentos de amortização de principal e encargos em sistemas de registros.

O processo crítico ***gestão de Parcerias Público Privadas (PPP)*** primeira PPP não atendeu a nenhum requisito, pois ainda está sendo formalizada a primeira PPP que será gerenciada pela SEAD.

Para avaliação do **desempenho** da gestão fiscal na **Dimensão** **AF.3** **Gestão de Ativos e Passivos** foram selecionados quatro indicadores, porém apenas um pode ser apurado em razão da indisponibilidade de dados, seja por não haverem registros específicos das informações nas demonstrações financeiras (Receita de ativos e Pagamento de passivos contingentes), seja por falta de previsão contábil de aporte ou contraprestação em relação a PPP (Previsão de pagamento de contraprestações e aporte de recursos em PPP).

Isto explica o nível de maturidade alcançado na dimensão, Iniciante (-) e faz com que a comparação do nível de maturidade *versus* desempenho só possa ser feita diretamente com o processo específico associado ao indicador, ***gestão de precatórios estaduais***. O indicador **Pagamento de precatórios** expressa a capacidade do Estado de pagamento dos precatórios e sua apuração mostra que **23,60%** do valor total atualizado dos precatórios foram quitados em 2016 [[18]](#footnote-18).

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AF 4. Gestão Contábil** | ***Intermediário (+)*** |

A visão de futuro da dimensão **Gestão Contábil** é “produzir registros contábeis e informações atualizadas para atender aos propósitos do controle e da tomada de decisão gerencial”.

Esta dimensão alcançou o maior nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos críticos que compõem este Eixo, ***Intermediário (+).***

Dentre os 12 processos que compõem essa dimensão, 4 apresentam o nível mais elevado de maturidade (3) ***Aplicação da NBCASP e MCASP,*** e ***Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO) e Sistema de administração financeira: requisitos de segurança.***

Mais 4 processos contribuem para o estágio da maturidade da dimensão e apresenta um nível de maturidade mediana (2). ***Procedimentos para a convergência contábil, Procedimentos Contábeis Específicos (PCE) Controle dos recursos descentralizados, Demonstrações contábeis*** *e* ***Sistema de administração financeira: padrões de qualidade.***

Por fim, 4 outros processos adotam um número reduzido das melhores práticas apresentadas na MD GEFIS e, portanto, estão em um baixo nível de maturidade (1). ***Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), Contabilidade do setor público estadual, Sistema de conciliações bancárias*** *e* ***Sistema de administração financeira: requisitos técnicos.***

O processo crítico ***Aplicação da NBCASP e MCASP*** atende a um grande número de requisitos e atualmente utiliza o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), os Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), os Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), efetua os registros contábeis de forma analítica, refletindo a transação em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, registra os bens, direitos e obrigações indicando os elementos necessários à perfeita caracterização e identificação, reconhece as transações no setor público e registra integralmente no momento em que ocorrerem e efetua os registros contábeis das transações das entidades do setor público considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais e reconhece ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis à conta do patrimônio líquido evidenciando em notas explicativas.

Os ***Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO)***são utilizados para registro das receitas, orçamentárias, das despesas orçamentárias e para controle e registro da fonte/destinação de recursos.

O ***Sistema de administração financeira: requisitos de segurança*** controla o acesso dos usuários por perfil, permitindo a segregação das funções de execução orçamentária e financeira, de controle e de consulta, permite o registro e disponibilização das informações relativas às operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuadas pelos usuários e grava histórico para auditoria posterior, com os dados do usuário responsável, a operação realizada e a data e hora da operação, garante a autenticidade dos acessos através de conexão segura, caso seja disponível a realização de operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados via sítio na Internet, possui mecanismos de proteção e criptografia contra acesso direto não autorizado a sua base de dados, realiza cópia de segurança periódica da base de dados do sistema que permite a sua recuperação em caso de incidente ou falha, sem prejuízo de outros procedimentos, tal como a guarda do back up, previne as vulnerabilidades que possam comprometer o sistema, garante que as transações sejam atômicas (controle transacional), executa gerenciamento de senhas e de autenticação no sistema.

*Os* ***procedimentos para a convergência contábil*** definem comissão de inventário que anualmente efetua o levantamento físico e financeiro dosbens móveis e imóveis para o registro contábil e o suporte documental, formalizam as estruturas de contadorias na administração pública e atribuem as competências normativas do órgão, integram o sistema contábil ao sistema de arrecadação com registro dos créditos tributários a receber reavaliados, adotam sistema de controle interno para o monitoramento das ações governamentais, correção de eventuais irregularidades e orientação aos gestores sobre as obrigatoriedades constitucionais e legais e divulgam informações acerca dos gastos realizados com recursos públicos e viabilizam a transparência dos registros contábeis e orçamentários em linguagem clara e acessível para o controle social.

***Procedimentos Contábeis Específicos (PCE)*** são utilizados para contabilização do Fundeb, das Operações de Crédito, do Regime Próprio de Previdências Social (RPPS), da dívida ativa, dos precatórios em regime especial e dos consórcios públicos.

O processo crítico ***controle dos recursos descentralizado*** estabelece procedimentos administrativos e financeiros padronizados com regras de transparência no uso dos recursos, garante a tramitação da receita de transferências pelo sistema bancário centralizado, apresenta e consolida relatórios com informações sobre todos os recursos descentralizados e executados para as unidades de prestação de serviços, estabelece regras, limites e prazos para prestação de contas pelas unidades prestadoras de serviços e realiza ações de verificação e auditoria interna, quando necessário.

As ***Demonstrações contábeis*** apresentaminformações consolidadas e completas de todos os órgãos da administração direta e indireta e das unidades descentralizadas. São publicadas e apresentadas para a auditoria externa sempre dentro do prazo legal e divulgadas para os gestores e sociedade.

O ***Sistema de administração financeira: padrões de qualidade*** *d*isponibiliza ao cidadão informações de todos os Poderes e órgãos de modo consolidado, permite o armazenamento, a importação e a exportação de dados, possui mecanismos que possibilitam a integridade, confiabilidade e disponibilidade da informação registrada e exportada e disponibiliza em meio eletrônico de amplo acesso público, informações da execução orçamentária e financeira (receita e despesa).

Os indicadores de desempenho selecionados para esta Dimensão foram:

|  |  |
| --- | --- |
| **1) Publicações contábeis:** Data de publicação dos demonstrativos contábeis - Data legal prevista para publicação dos demonstrativos contábeis (em dias) | -30 |

O indicador referente à **Contabilidade patrimonial** não pode ser apurado, uma vez que o inventário de bens imóveis do Estado está desatualizado e há um desconhecimento do valor real do patrimônio em detrimento de uma gestão não tributária mais efetiva.

As **Ressalvas contábeis** são encaminhadas à SEFAZ pela Controladoria Geral do Estado (CGE), no Relatório Anual da Auditoria da Prestação de Contas do Governo do Estado, que são identificadas e corrigidas., mas não computadas.

A apuração do indicador **Publicações contábeis** confirma o nível de maturidade alcançado pela Dimensãoepublicou e apresentou e divulgou antes do prazo legal osdemonstrativos contábeis.

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AF 5. Gestão da Dívida Pública** | ***Iniciante (-)*** |

A dimensão da **Gestão da Dívida Pública** tem como visão de futuro “*suprir de forma eficiente as informações sobre as necessidades de financiamento do governo estadual, ao menor custo no longo prazo, respeitando a manutenção de* níveis *prudentes de risco*”.

Nesta dimensão, o nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que a compõem, conforme apurado pela MD GEFIS, é ***Iniciante (-).***

Este resultado decorre, principalmente pela baixa maturidade (0) de 3 dos 5 processos analisados, ou seja, não adotam um número elevado das boas práticas dispostas na MD GEFIS.***Direcionamento estratégico da gestão da dívida pública, Auditoria interna e externa da dívida*** e ***Sistema de gestão da dívida****.*

Além destes, mais 1 fator de maturidade baixa (1) também contribui para o resultado obtido. ***Administração e controle da dívida.***

Vale destacar que 1 processo apresenta um nível de maturidade mediana (2), porém insuficiente para alcançar um estágio mais elevado de maturidade. ***Coordenação da gestão da dívida com a política fiscal***.

A ***Coordenação da gestão da dívida com a política fiscal*** utiliza premissas na preparação das previsões, inclui nas previsões as análises de sensibilidade da linha de base para as flutuações na taxa de juros e taxa cambial, realiza análise de sustentabilidade, atualiza anualmente a capacidade de pagamento e de sustentabilidade da dívida, compartilha sistematicamente as informações com a gestão orçamentária e financeira.

***Administração e controle da dívida.*** Gerencia os empréstimos e transações relacionadas com a dívida de acordo com a estratégia de gestão formalizada, compartilha sistematicamente informações com a CGE, TCE e SEPLAN, que tratam da dívida pública e realiza estudos e simulações propositivos.

Grande parte dos indicadores de Desempenho selecionados pela MD-GEFIS para esta Dimensão foram disponibilizados:

|  |  |
| --- | --- |
| **1) Sustentabilidade da dívida** |  |
| Valor da dívida consolidada / Valor da receita corrente líquida (RCL) | 58,7% |
| **2) Endividamento líquido** | 43,17% |
| Valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL) / RCL |  |
| **3) Estoque da dívida contratual** |  |
| Valor total da dívida refinanciada com a União / Valor total da dívida pública estadual | 4,32% |
| Valor total da dívida com operações de crédito interno / Valor total da dívida pública estadual | 50,83% |
| Valor total da dívida com operações de crédito externo / Valor total da dívida pública estadual | 49,16% |
| **4) Pagamento da dívida** |  |
| Valor total da dívida pago em atraso / Valor total do serviço da dívida | 0,00% |
| Valor total das penalidades por atraso no pagamento da dívida / Valor total do serviço da dívida | 0,00% |

|  |  |
| --- | --- |
| **Dimensão AF 6. Gestão de Custos e Gastos Públicos** | ***Iniciante (-)*** |

A visão de futuro da dimensão **Gestão de Custos e Gastos Públicos** é “coletar e analisar as informações de custos com vistas à melhoria da qualidade do gasto público”.

Nesta dimensão, o nível ou estágio de maturidade do conjunto de processos que a compõem, conforme apurado pela MD GEFIS, é ***Iniciante (-).***

Este resultado ocorre, principalmente, em razão da predominância de processos críticos (12 dentre 14) que não adotam um número significativo das boas práticas apresentadas pela MD GEFIS, tendo portanto, um baixo nível de maturidade (0). *Direcionamento estratégico da gestão de custos, Apuração dos custos estaduais, Sistema estadual de gestão de custos, Relatórios de custos, Gestão de custos na área de educação, Gestão de custos na área de segurança pública, Gestão de custos no sistema prisional estadual, Racionalização do gasto com pessoal, Racionalização do gasto nas compras governamentais, Racionalização do gasto**com outros serviços e custeios, Avaliação do gasto público* e *Avaliação do gasto dos programas setoriais.*

Outros 2 processos também apresentam baixo nível de maturidade (1), corroborando para o resultado obtido na dimensão. *Gestão de custos na área de saúde* e *Gestão de custos de projetos de infraestrutura.*

Os indicadores de Desempenho selecionados pela MD-GEFIS para esta Dimensão não puderam ser calculados.

|  |
| --- |
| **Síntese da Maturidade e do Desempenho da Gestão Fiscal do Estado do Piauí,**  **no Eixo III- Administração Financeira e Gasto Público** |

A apuração da Maturidade dos Processos das 6 Dimensões que compõem o Eixo III da gestão fiscal, qual seja, Administração Financeira e Gasto Público, obteve resultados bem distintos, conforme apresentado no **Gráfico 3.**

**Gráfico 3:** Maturidade das Dimensões do Eixo III- Administração Financeira e Gasto Público

A dimensão **AF 4. Gestão Contábil** apresentou o maior nível de maturidade dentre as 6 dimensões pesquisadas, *Intermediário (+)*; seguido das dimensões **AF 3. Gestão de Ativos e Passivos e AF 2. Políticas, Programação e Execução Financeira** com nível de maturidade *Iniciante (+)*; e **AF 1. Planejamento e Execução Orçamentária, AF 5. Gestão da Dívida Pública** e **AF 6. Gestão de Custos e do Gasto Público** com o menor nível de maturidade dentre as dimensões pesquisadas, *Iniciante (-).*

No **Gráfico 2**, os números de 1 a 6 correspondem respectivamente aos níveis de Maturidade: *Iniciante (-), Iniciante (+), Intermediário (-), Intermediário (+), Avançado (-)* e *Avançado (+)*.

O **Quadro 17**, a seguir apresenta uma síntese da Maturidade e do Desempenho da Gestão Fiscal do Estado do Piauí para o Eixo III- Administração Financeira e Gasto Público.

**Quadro 17** – Síntese MD-GEFIS Eixo III- Administração Financeira e Gasto Público.

| **DIMENSÕES** | **MATURIDADE** | **INDICADORES** |
| --- | --- | --- |
| AF 1. Planejamento e Exec. Orçamentária | INICIANTE (-) | **2) Índice de realização da despesa 1,06%**  Despesa permanente = 1,09  **3) Financiamento dos investimentos**  Capacidade de Poupar = -8,68  Operações de crédito e transferências = 0,75  **4) Resultado Fiscal =** 0,89  **6) Alterações orçamentárias =** 14 |
| AF 2. Políticas, Prog. e Execução Financeira | INICIANTE (+) | **3) Equilíbrio na execução orçamentária-financeira**  Valor total da despesa executada / valor total da receita realizada = 0,98 |
| **Participação da despesa extra-orçamentária: 0,34**  Valor total da despesa extra-orçamentária executada / valor total da despesa executada |
| AF 3. Gestão de Ativos e Passivos | INICIANTE (-) | **3) Pagamento de precatórios** = 23,6% |
| AF 4. Gestão Contábil | INTERMEDIÁRIO (+) | **2) Publicações contábeis = -30** dias |
| AF 5. Gestão da Dívida Pública | INICIANTE (-) | **1) Sustentabilidade da dívida**  Dívida consolidada / RCL = 58,7%  Proj Serv. dívida / RCL projetada = 7,53%  **2) Endividamento líquido =** 43,17%  **3) Estoque da dívida contratual**  Dívida refinanciada com a União =4,32%  Dívida com operações de crédito interno = 50,83%  Dívida com operações de crédito externo =49,165%  **4) Pagamento da dívida**  Dívida paga em atraso / Serviço da Dívida  = 0,00%  Penalidades por atraso no pagamento / Serviço da Dívida  = 0,00% |

# **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Este relatório apresentou os resultados da aplicação da MD-GEFIS na Secretaria de Estado da Fazenda do Piauí em março de 2017, com vistas a apoiar o Estado na formulação do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí PROFISCO II PI.

A MD GEFIS, que se diferencia de outras ferramentas por analisar de forma integrada a gestão fiscal, a despeito da diversidade de suas estruturas e competências, foi utilizada como o principal instrumento de diagnóstico para a proposição das soluções propostas para o Projeto. Ademais, mostrou-se facilitador da aprendizagem organizacional por estimular nos participantes, a reflexão dos pressupostos e das práticas organizacionais.

A aplicação da MD-GEFIS proporcionou o conhecimento da realidade atual da gestão fiscal do estado e contribuiu sobremaneira para identificar as deficiências atuais, além de permitir o delineamento de alternativas de solução e o direcionamento de intervenções capazes de mitigar as dificuldades encontradas. Ainda, essa primeira aplicação da metodologia possibilitou a apuração dos indicadores de Desempenho selecionados pela metodologia que passam a compor a linha de base capaz de medir o progresso das iniciativas de modernização da gestão fiscal estadual.

Conforme detalhado na metodologia, o índice de maturidade dos processos críticos da gestão fazendária é calculado pela relação percentual do número de pontos adquiridos na avaliação em relação ao número de pontos total, onde 435 é o total de pontos possíveis a serem alcançados em todos os 3 Eixos que compõem a MD GEFS. Este valor é calculado multiplicando-se o total de processos críticos existentes (145) por 3 (três) que é o valor máximo da escala de maturidade.

Como resultado dessa primeira aplicação (2017) o Estado do Piauí alcançou **140** pontos, que corresponde **a 32% do total de pontos possíveis, como segue:**

**Quadro 18 –** Pontuação Atual

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Eixo** | **Pontuação atual** | **% Atual** |
| **I** | 52 | 32% |
| **II** | 45 | 38% |
| **III** | 43 | 28% |
| **Total** | **140** | **32%** |

Para confirmar a eficácia das soluções proposta no **Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí PROFISCO II PI**, bem como em outras iniciativas de modernização, recomenda-se que em pelo menos três anos seja realizada uma nova aplicação da MD-GEFIS e assim aferir a evolução dos indicadores de Desempenho ora construídos.

1. Convênio CONFAZ, de dezembro de 2014 que aprovou as Diretrizes para o Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal dos Estados Brasileiros [↑](#footnote-ref-1)
2. 2044/OC-BR - Relatório Final de Avanços do Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (PRODAF/PROFISCO/PI), 2017. [↑](#footnote-ref-2)
3. PCR – Relatório de Término de Projeto – PROFISCO I [↑](#footnote-ref-3)
4. Andrea Lemgruber Viol em A Administração Tributária Moderna e a maximização do cumprimento tributário: Algumas reflexões sobre o caso brasileiro - Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros, Brasília-DF, v.1, n.2, p.50-82, jan./jul. 2015 [↑](#footnote-ref-4)
5. SWOT = Strength, Weakness, Opportunity and Threat Analysis. [↑](#footnote-ref-5)
6. Decreto Nº 11.615, de 17 de janeiro de 2005 [↑](#footnote-ref-6)
7. Relatório de Viabilidade no PORTAL DA GESTÃO (portaldagestao.sefaz.pi.gov.br/login.aspx?UNI=UNI&PassouResolucao=S&action=set&res=1354x6528d=24) [↑](#footnote-ref-7)
8. Lei nº 6.673, de 18 de junho de 2015, altera o dispositivo da Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí. [↑](#footnote-ref-8)
9. A SEFAZ conta com seu próprio Controle Interno [↑](#footnote-ref-9)
10. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Balanço Orçamentário Fiscal e da Seguridade Social, Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Balanço Geral do Estado [↑](#footnote-ref-10)
11. *Relatórios de Business Inteligence - disponível em relatorios.sefaz.pi.gov.br/reports/Pages/Folder.aspx* [↑](#footnote-ref-11)
12. A*rt 55, inciso IV.* [↑](#footnote-ref-12)
13. *O e-Processo se encontra em implantação e a Ordem de Serviço e, Auto de infração lavrados já estão incluídos.* [↑](#footnote-ref-13)
14. *Lei 6153/2011 instituiu o DT-e e também o decreto 13.500/08,a rt. 1.548* [↑](#footnote-ref-14)
15. Instituído pela Lei 6.153/2011, regulamentado por meio do Decreto nº 14.797/2012 [↑](#footnote-ref-15)
16. Art.13 § 1º da Lei 6751 de 29 de dezembro de 2015 [↑](#footnote-ref-16)
17. S-GOLD [↑](#footnote-ref-17)
18. Valor total atualizado dos precatórios: R$475.890.625,96 e Valor total dos precatórios quitados: R$112.328.733,50. [↑](#footnote-ref-18)